



Mauro Pompeu Fernandes Carvalho

O Processo de Auditoria Inerente às Funções de um Auditor Júnior

28-06-2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Resumo

O relatório em causa integra a fase final do Mestrado em Gestão 2º ciclo, em concordância com o Processo de Bolonha, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Este relatório retrata a realização de um estágio curricular como assistente de auditoria, na Ernst & Young Portugal no escritório de Lisboa durante o período de 5 meses.

O presente relatório está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo faz-se uma apresentação da empresa e do Grupo onde está inserida, abordando temas como a sua constituição, os seus objectivos, valores, cultura e por fim a sua estrutura e serviços que presta. No segundo capítulo, é feita uma descrição teórica do processo de auditoria financeira, sendo abordado também os riscos inerentes ao mesmo. No terceiro Capítulo são relatadas as tarefas realizadas por mim ao longo do período de estágio, condizendo estas às actividades de um assistente numa equipa de auditoria financeira.

Abstract

This report incorporates the final phase of the Master in Management 2nd cycle, in accordance with the Bologna Process at the Faculty of Economics, University of Coimbra. This report depicts the completion of a traineeship as an assistant audit at Ernst & Young office in Lisbon in Portugal during the period of 5 months.

This report is divided into three chapters. In the first chapter is a presentation of the company and where the Group operates, on topics such as its constitution, its goals, values, culture and ultimately its structure and services it provides. In the second chapter, there is a theoretical description of the financial audit process, and also addressed the risks inherent to it. In the third chapter we describe the tasks performed by me, during the curricular internship, matching these to the activities of an assistant in a financial audit team.

Agradecimentos

Agradeço a colaboração de todos aqueles que me apoiaram nesta fase de fim de carreira académica.

Deixo um reconhecimento especial aos meus pais, pelo apoio incondicional durante a realização do estágio e elaboração do relatório, ao Professor Doutor José Vaz Ferreira, pela simpatia, disponibilidade e orientação durante esta última fase do meu percurso académico.

Gostaria também de invocar um agradecimento especial e sentido, a todos os elementos da Ernst & Young, pela oportunidade que me foi dada de trabalhar e de fazer parte de um conjunto de experiências profissionais cedidas por uma empresa tão prestigiada como é a Ernst & Young.

Índice

1-Introdução	1
Capítulo 1-Apresentação da Entidade.....	3
1.1- Apresentação da entidade de acolhimento.....	3
1.2 – Constituição da Sociedade	3
1.3 – Estrutura da Sociedade.....	4
1.4– Valores e Cultura.....	4
1.5 – Serviços.....	5
Capítulo 2-A Auditoria Financeira	6
2.1- Enquadramento Teórico	6
2.2 – Organização e planificação do trabalho de auditoria.....	8
2.3- Metodologia aplicada num Processo de Auditoria.....	11
2.4 - Os Riscos associados ao processo de Auditoria.....	16
Capítulo 3- Prática de Auditoria Desenvolvidas.	22
3.1- Actividades de Formação de Adaptação	22
3.2-Preparação dos papéis de trabalho.	25
3.3- Levantamento de Processos - Controlo Interno	29
3.4-Teste às Transacções - Controlo Interno	30
3.5- Meios Financeiros Líquidos - Procedimentos Substantivos	32
3.6- Compras de Bens e de Serviços, Pessoal e Dívidas a Pagar.....	34
3.6.1-Fornecedores – Procedimentos Substantivos	35
3.6.2-Fornecimento de Serviços Externos (FSE's)- Procedimentos Substantivos ..	36
3.6.3-Gastos com Pessoal- Procedimentos Substantivos	39
3.7-Inventário e Activos Biológicos - Procedimentos Substantivos	39
3.8-Activo Fixo Tangível - Procedimentos Substantivos	42
3.9-Capital – Procedimentos Substantivos	45
3.10- Revisão de Eventos Subsequentes- Procedimentos Substantivos	46
Conclusão:	48
Bibliografia:.....	50
Anexos:.....	51

Índice de Anexos

Anexo.1-Plano de Formação	23
Anexo.2-Página Sumarizada do Workspace do cliente XPTO	27
Anexo.3-GAMx Navigation	27
Anexo.4-Trial Balance (uma parte das contas)	27
Anexo.5-Balance Sheet- Parte das rubricas)	27
Anexo.6-Exemplo de um ciclo de trabalho-Lead-VC_VD-FSE's e Outros Gastos e Perdas	28
Anexo.7-Cabeçalho do Template usado para documentar a narrativa de Compras	30
Anexo.8-Cabeçalho do Template a utilizar no Walktrought de processo de Compras.	30
Anexo.9-Ferramenta de selecção de transacções EY Random.....	31
Anexo.10-Template onde são introduzidos os dados refernetes à Ordem de Compra Packing List, Nota de Entrada de Mercadoria e Factura	31
Anexo.11-Tempalte utilizado no teste às vendas	32
Anexo.12-Template usado para fins de análise às reconciliações bancárias.....	34
Anexo.13-Template de análise à circularização de fornecedores	35
Anexo.14.1-Template para fins de documentação das 5 últimas e 5 primeiras saídas à data de reporte	40
Anexo.14.2-Template para fins de documentação das 5 últimas e 5 primeiras entradas à data de reporte.....	40
Anexo.15-Template para fins de análise ao Capital.....	45

Índice de Figuras

Figura 1- Ernst & Young Global-Sub-área EMEIA.....	3
Figura 2- Abordagem na Definição do TE	15



1-Introdução

O Relatório de Estágio Curricular em causa, visa cumprir o disposto na alínea h) do nº 1 do ponto E da parte II do Regulamento dos Estágios Curriculares e Projectos Profissionalizantes.

Este relatório procura relatar as tarefas executadas ao longo do estágio que realizei para a conclusão do Mestrado em Gestão (Estudos de 2º Ciclo) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Sendo esta a etapa final de um longo percurso académico a minha opção foi a realização de um estágio curricular que consagrasse a oportunidade de enriquecer e ampliar os conceitos apreendidos dentro da sala de aula.

O Estágio Curricular desenrolou-se na empresa Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., com a duração de 5 meses. Dado ser uma das maiores empresas mundiais de prestação de serviços, nas áreas de Auditoria, Consultoria e Fiscalidade, foi com enorme prazer e agrado que realizei este Estágio dentro desta organização.

O presente relatório está dividido em três capítulos.

Num primeiro capítulo irá ser feita uma apresentação da empresa e do Grupo onde a empresa está inserida, abordando temas como a sua constituição, a estrutura e papel global em que se insere, tal como os seus objectivos principais, os seus valores e cultura, apresentando por fim as suas áreas de negócio.

Num segundo capítulo será feita uma breve exposição teórica de todo um processo de auditoria financeira, realçando a importância de um bom planeamento com o objectivo de desenvolver uma auditoria o mais eficiente possível.

Num terceiro capítulo são relatadas todas as tarefas executadas ao longo do trabalho de um auditor júnior, e que foram, assim, realizadas por mim. Estas tarefas passam, essencialmente, pelo trabalho de campo, que envolve a componente de Controlo Interno e de Procedimentos Substantivos ou procedimentos de fecho de contas.

Importante referir também que, no momento de assinatura do contrato de trabalho com a entidade em questão comprometi-me, contratualmente, a cumprir, cláusulas estritas e rigorosas de confidencialidade. No sentido de acatar aquilo a que me propus e de descrever de forma clara as acções que desenvolvi, não irei mencionar o nome das empresas para as quais prestei serviços.

Capítulo 1-Apresentação da Entidade

1.1- Apresentação da entidade de acolhimento.

A Ernst & Young é líder global em auditoria, impostos e serviços de apoio a transacções e consultoria. Em todo o mundo 141.000 pessoas em mais de 140 países estão unidas por valores partilhados e por um firme compromisso com a qualidade.

A Ernst & Young ajuda os seus colaboradores, clientes e comunidades mais alargadas a atingirem o seu potencial .No caso de Portugal, o país insere-se na sub-área denominada de EMEIA (Europe, Middle East, India and Africa) , representada a amarelo no mapa abaixo evidenciado.



Figura 1- Ernst & Young Global- Sub-área EMEIA

1.2 – Constituição da Sociedade

Em Portugal, a Ernst & Young & Associados – SROC, S.A. assume a natureza jurídica de sociedade anónima, constituída de acordo com as normas constantes do artigo 271º e

seguintes do Código das Sociedades Comerciais, tem a sua sede social na Avenida da República, nº 90, 6º andar em Lisboa, com o número único de pessoas colectiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 505 988 283, encontrando-se devidamente inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 178 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o número 9.011 e é uma firma membro da Ernst & Young Global Limited (EYG) . A rede da Ernst & Young Portugal inclui também a outra firma-membro da EYG Portugal: Ernst & Young, S.A.

1.3 – Estrutura da Sociedade

O capital social de 1.105.000 euros, totalmente subscrito e realizado, é detido em 83 % por accionistas Revisores Oficiais de Contas e em 17 % por accionistas não Revisores Oficiais de Contas, embora Auditores registados em países membros da União Europeia

1.4– Valores e Cultura

Os valores da Ernst & Young são pautados por três grandes princípios:

- *Pessoas que demonstrem integridade, respeito e espírito de equipa*, agindo com integridade, reconhecendo que cada um de nós tem um pessoal e profissional compromisso de fazer o que está correcto e sendo respeitoso, franco e honesto construindo equipas fortes baseadas na confiança;
- *Pessoas com energia entusiasmo e coragem para liderar*, sendo apaixonado por aquilo que fazemos, tendo a força para dizer o que pensamos mesmo em questões difíceis;
- *Pessoas que constroem relações baseadas numa actuação correcta* assumindo a responsabilidade pessoal e iniciativa de tomar decisões, aconselhando-se de forma a obter a informação correcta, aplicando as decisões e acções certas.

1.5 – Serviços

Existem quatro grandes áreas de negócio praticadas pela Ernst & Young em Portugal, elas são:

Na área de **Assurance** os profissionais da Ernst & Young asseguram que as contas dos clientes cumprem as normas de auditoria necessárias fornecendo uma perspectiva sólida e clara para informação crítica para as partes interessadas.

Uma outra área de negócio é a área de **Tax** que consiste dar apoio aos clientes no que diz respeito à compreensão e gestão do cumprimento das obrigações fiscais e obrigações de comunicação de forma responsável e pró-ativa. Ajudar a avaliar, melhorar e controlar processos fiscais, controles e gestão de risco e manter um relacionamento eficaz com as autoridades fiscais.

Na área de **Transaction Advisory Services** os profissionais da Ernst & Young trabalham numa ampla gama de clientes para ajudá-los a tomar melhores decisões e mais informação sobre como gerir estrategicamente capitais e transacções de um mundo em mudança. O objectivo é ajudar as empresas a adquirir vantagem competitiva através de uma agenda de capital que determina como elas estrategicamente deverão actuar; investindo, preservando ou optimizando o seu capital.

Quanto à área de negócio de **Advisory** o departamento de Advisory trabalha com grandes empresas e instituições do governo sobre a sua gestão e desafios organizacionais. Este departamento ajuda os clientes a proteger os seus negócios, e a melhorar o seu desempenho a nível operacional.

Capítulo 2-A Auditoria Financeira

2.1- Enquadramento Teórico

A auditoria das demonstrações financeiras constitui o conjunto de procedimentos técnicos, que tem como objectivo a emissão do parecer sobre a sua adequação, consoante os princípios fundamentais de contabilidade e as normas de contabilidade europeias e nacionais e, no que for pertinente, a legislação específica.

O auditor externo ou independente, tem portanto como propósito emitir a sua opinião sobre as demonstrações financeiras examinadas. Para atingir esse objectivo, o auditor independente necessita de planear adequadamente o seu trabalho, avaliar o sistema de controlos internos relacionados com a componente contabilística e proceder à revisão analítica das contas do activo, passivo, dos gastos e rendimentos, a fim de estabelecer a natureza, as datas e a extensão dos procedimentos de auditoria, colhendo as evidências de comprovação das informações das demonstrações financeiras e avaliar essas mesmas evidências.

A auditoria é uma das técnicas utilizadas pela contabilidade destinada a examinar a escrituração e as demonstrações financeiras, a fim de confirmar a sua adequação. Dessa forma, a auditoria aperfeiçoa a utilidade das informações fornecidas e dá credibilidade à contabilidade, valorizando seus objectivos e melhorando conseqüentemente a imagem da empresa.

Nos dias de hoje, a auditoria é um meio imprescindível de confirmação da eficiência dos controles internos, factor de maior tranquilidade e serenidade para a administração e de uma maior garantia para os investidores, bem como para o próprio fisco, que tem na auditoria um colaborador eficiente e imparcial, que contribui indirectamente para uma melhor aplicação das leis fiscais.

As principais vantagens da auditoria a serem destacadas são:

- Comprovação, pelo registo, de que os factos patrimoniais são exactos;
- Demonstração dos erros e fraudes encontrados;
- Sugestão de controlos e processos, visando a prevenção de erros e fraudes;
- Confirmação de que a contabilidade é satisfatória sob o aspecto sistemático e de organização;
- Confirmação do funcionamento do controle interno;
- Apresentação de medidas de previsão de factos patrimoniais, com o propósito de manter a empresa dentro dos limites de organização e legalidade.

A protecção dos bens da empresa é uma das principais responsabilidades de uma administração. É manifesto, que caso exista um sistema contabilístico bem estruturado e sólido, a protecção dos bens da empresa será conseqüentemente mais eficaz. Hoje em dia, o conceito de auditoria é dinâmico e prossegue em evolução, atribuindo-se à mesma outras importantes funções, abrangendo todo o organismo da empresa.

Muitos administradores só têm conhecimento da auditoria para a cobertura exclusiva de duas componentes: a componente fiscal e a componente de fraude. Mas estes não são os objectivos básicos da auditoria mas sim secundários.

Como básico, são classificados os da opinião da credibilidade de inconformidades Contabilísticas e até extra contabilísticas; como secundários, temos o da descoberta de erros e fraudes, inconformidades sobre o controle interno e perspectivas económico-financeiras.

No seu carácter de exame, de averiguação, de intervenção e de censura dos registos patrimoniais e da administração do património, a auditoria classifica-se como um processo fiscalizador e orientador e por esta razão não pode colocar em patamares inferiores o problema da descoberta e da prevenção contra fraudes. A assinatura do

auditor em balanços, demonstrações, relatórios etc, representa hoje em dia uma “marca” de seriedade, fidelidade e garantia.

2.2 – Organização e planificação do trabalho de auditoria

“ Planeamento “ significa desenvolver uma estratégia geral e uma abordagem pormenorizada quanto à natureza, oportunidade e extensão esperada da auditoria. É intenção do auditor planear de uma forma eficiente e oportuna a sua revisão ou auditoria.

O adequado planeamento da auditoria contribui para assegurar que se dedique atenção apropriada a áreas importantes da auditoria, para que potenciais problemas sejam identificados e que o trabalho seja completado de uma forma hábil. O planeamento contribui também para a devida atribuição de trabalho e auxiliares e à coordenação de trabalho feito por outros auditores e peritos.

A extensão do planeamento variará de acordo com a dimensão da entidade, a complexidade da revisão e a experiência do auditor com a entidade e o conhecimento do negócio. A obtenção do conhecimento do negócio é uma parte importante do planeamento do trabalho. O conhecimento do negócio pelo auditor contribui para a identificação de acontecimentos, transacções e práticas que possam ter um efeito materialmente relevante sobre as demonstrações financeiras. O auditor pode desejar debater elementos do plano global de auditoria e determinados procedimentos do mesmo com o conselho fiscal da entidade, com a gerência e com os quadros a fim de melhorar a eficácia e eficiência da auditoria a fim de coordenar procedimentos com o trabalho do pessoal da entidade. O plano global de auditoria e o programa do mesmo, permanece contudo sob a responsabilidade do auditor.

As matérias a serem consideradas pelo auditor ao desenvolver o plano de auditoria compreendem:

Conhecimento do negócio:

- Factores económicos gerais e condições sectoriais que afectem o negócio da entidade;
- Características importantes da entidade, o seu negócio, o seu desempenho financeiro e os requisitos de relato incluindo alterações desde a data de auditoria;
- O nível geral de competência da gerência.

Conhecimento dos Sistemas Contabilístico e de Controlo Interno:

- As políticas contabilísticas adoptadas pela entidade e alterações a essas políticas;
- O efeito das novas tomadas de posição contabilística;
- O conhecimento acumulado do auditor dos sistemas contabilísticos e de controlo interno e a ênfase relativa que se espera ser colocada nos testes de controlo e nos procedimentos substantivos.

Risco e Materialidade:

- As avaliações esperadas dos riscos inerente e de controlo e a identificação das áreas de auditoria significativas;
- O estabelecimento de níveis de materialidade para fins de auditoria;
- A possibilidade de distorção materialmente relevante, incluindo a experiencia de períodos passados, ou de fraude;
- A identificação de áreas contabilísticas complexas incluindo as que envolvem estimativas contabilísticas.

Natureza, Oportunidade e Extensão dos procedimentos:

- Possível alteração de ênfase em áreas de auditoria específicas;
- O efeito da tecnologia de informação da auditoria;
- O trabalho de auditoria interna e o seu efeito esperado nos procedimentos de auditoria externa.

Coordenação, Direcção, Supervisão e Reverificação:

- O envolvimento de outros auditores na revisão de componentes, por exemplo, subsidiárias, sucursais e divisões;
- O envolvimento de peritos;
- O número de localizações;
- Requisitos de preenchimentos de pessoa.

Outras matérias:

- A possibilidade de o pressuposto da continuidade poder ser posto em causa;
- Condições que exijam atenção especial, tais como a existência de partes em relação de dependência;
- Os termos do compromisso e quaisquer responsabilidades oficiais;
- A natureza e oportunidade de relatórios ou outras comunicações com a entidade que se esperem de acordo com o compromisso.

O auditor deve desenvolver e documentar um programa de auditoria que estabeleça a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria planeados necessários para implementar o plano global em causa. O programa em causa serve como um conjunto de instruções aos auxiliares envolvidos na auditoria e como meio de controlar e registar a devida execução do trabalho.

O programa de revisão pode também conter os objectivos de auditoria relativos a cada área e um orçamento de tempos em que as horas sejam orçamentadas para as várias áreas ou procedimentos de auditoria. Ao preparar o programa de auditoria, o auditor considerará as avaliações específicas dos riscos inerentes e de controlo e o necessário nível de segurança a ser proporcionado pelos procedimentos substantivos. O auditor considerará também a tempestividade de testes de controlo e de procedimentos substantivos, a coordenação de qualquer auxílio esperado da entidade, a disponibilidade de auxiliares e próprio envolvimento de outros auditores.

Segundo a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas:

- 1-“ Os revisores oficiais de contas devem organizar, relativamente ao exercício de cada uma das funções de interesse público, um processo instruído de acordo com o previsto nas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela ordem “
- 2- “ A Ordem poderá mandar examinar os processos referidos no número anterior, nos termos a estabelecer no regulamento de controlo de qualidade do cumprimento das normas técnicas por si aprovadas ou reconhecidas, a aprovar pela assembleia geral , com base em proposta de conselho directivo “
- 3- “ O disposto no número anterior aplica-se também sempre que os revisores oficiais de contas estabeleçam acordos ou contratos, qualquer que seja a sua forma, com pessoas singulares ou colectivas, para execução dos serviços previstos no artigo ° 48 com exclusão do exercício da docência,

2.3- Metodologia aplicada num Processo de Auditoria

2.3.1 – Materialidade (PM)

O conceito de materialidade tem merecido um acompanhamento cuidado do IAASB, tendo a DRA 320 sofrido uma evolução significativa desde a sua publicação pela primeira vez em 1987. A materialidade é um conceito relativo que comporta duas componentes, ambas importantes, uma quantitativa e outra qualitativa. Quando se afirma que a materialidade é um conceito relativo, é pelo facto de a materialidade ser o valor de um erro ou omissão da informação financeira, quer em termos individuais ou agregados, que pode influenciar as decisões dos possíveis utilizadores da informação financeira.

A DRA 320 vem estabelecer normas e proporcionar orientações sobre o conceito de materialidade e o seu relacionamento com o risco de revisão/auditoria, embora a questão do risco de revisão/auditoria esteja, também, contemplado na DRA 400.

Sendo certo que o conceito de materialidade envolve um julgamento profissional por parte do auditor, quer do ponto de vista de quantia (quantidade) quer do ponto de vista de natureza (qualidade) dos erros, ela é influenciada pela globalidade das demonstrações Financeiras.

Considera-se que um assunto é materialmente relevante se, individualmente ou de forma agregada, a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões económicas, de um potencial utilizador, baseadas nas demonstrações financeiras.

Verificamos, deste modo, que a materialidade não é susceptível de uma definição matemática rígida, uma vez que, para além dos aspectos quantitativos, determinados por procedimentos matemáticos pré concebidos, envolve também aspectos qualitativos que dependem da percepção e do juízo que o auditor possui acerca da entidade a auditar, sendo estes bastante mais difíceis de determinar e muito mais subjectivos.

Compete ao auditor analisar e julgar se, a indevida divulgação de um determinado facto ou um incorrecto procedimento contabilístico, meramente ocasional ou um erro sistemático, desconforme com os princípios contabilísticos geralmente aceites (PCGA), pode induzir em erro os utilizadores das demonstrações financeiras (*stackholders*).

É este conjunto de informação quantitativa e qualitativa que conduzirá o auditor a determinar um valor acima do qual considera que a opinião dos *stackholders* pode ser influenciada – valor limite de materialidade.

Ao planear a revisão, o auditor determina o valor a partir do qual considera as demonstrações financeiras distorcidas de forma materialmente relevante, quer a nível global destas, quer quanto ao saldo das contas, grupos de contas, classes de transacções às divulgações. É em função deste valor que o auditor decide quais as rubricas a examinar e os processos de amostragem ou outras formas de teste a utilizar.

O auditor não vai analisar todas as contas ou classes de transacções e assume que corre algum risco na emissão da sua opinião – o risco de revisão/auditoria. O auditor sabe que existe uma relação inversa entre o nível de risco de revisão/auditoria e a materialidade, ou seja, quanto maior o nível de materialidade menor será o risco de revisão/ auditoria e vice-versa.

No caso da Ernst & Young a base de medição mais adequada para determinar a materialidade (PM) é afectado por aquilo em que a mesma acredita ser importante para os usuários das demonstrações financeiras.

Mesmo que a entidade esteja listada como uma das que respeita as regras de integridade e independência o foco da sua materialidade assenta na geração de caixa, dado esta componente ser realmente a de maior consideração para os usuários das demonstrações financeiras. Como tal o EBITDA da empresa em questão poderá ser a base mais adequada para determinar o grau de materialidade.

Na determinação da base de medição mais adequada para fins de cálculo da materialidade, também é considerada a natureza de negócio da entidade e da indústria, bem como as operações da entidade no período corrente.

Caso a entidade seja normalmente rentável, mas no período actual a mesma esteja a sofrer perdas operacionais ou financeiras, consideram - se outras medidas de resultados de operações, tais como as receitas ou a margem bruta. Nas circunstâncias em que os resultados da entidade operacional sejam tão pobres que a liquidez ou a insolvência sejam de preocupação mais crítica, a materialidade é baseada sobre a posição financeira do cliente (por exemplo, capital).

Em determinadas situações o PM (materialidade) é o resultado de 1% do volume de negócios da empresa em questão.

2.3.2 – Erro Tolerável (TE)

O erro tolerável consiste na aplicação do planeamento da materialidade nas contas individuais ou no nível de equilíbrio.

O planeamento da auditoria apenas para detectar distorções relevantes ignora o facto de que o agregado de distorções individualmente irrelevantes possa causar distorções nas demonstrações financeiras não deixando margem para possíveis distorções não detectadas. A TE é fixada para reduzir a um nível suficientemente baixo a probabilidade de que o agregado de distorções não corrigidas e não detectadas ultrapassem o nível de materialidade.

A determinação do TE afecta:

- Contas que identificamos como importantes;
- O tamanho da amostra;
- O ponto de partida para a identificação de open-items ;
- O ponto de partida para determinar a precisão desejada ao executar procedimentos analíticos substantivos.

Na Ernst & Young a estratégia de auditoria é projectada para garantir uma razoabilidade na detecção de distorções materialmente relevantes. À medida que aumente o PM e / ou o TE o tamanho das distorções que poderão passar por despercebidas aumenta. Portanto, o TE é o melhor indicador (embora não seja exacto) de uma estimativa da quantidade de possíveis distorções não detectadas, consideradas a quando da conclusão do Resumo das Diferenças de Auditoria (SAD) relativas à imparcialidade da apresentação das demonstrações financeiras.

Na Ernst & Young o TE aplicado é de 50 % ou 75% da PM. Para entidades listadas em sectores regulamentados, o ponto de partida é a criação de um TE de 50% da PM. Existe a opção de definir o TE em 75% da PM quando determinadas condições são cumpridas. Para entidades não listadas numa indústria regulamentada, o ponto de partida é a fixação de um TE de 75% da PM, havendo a possibilidade de fixar em 50 % caso certas condições não sejam verificadas.

O quadro a seguir ilustra a abordagem da Ernst & Young na definição do TE .

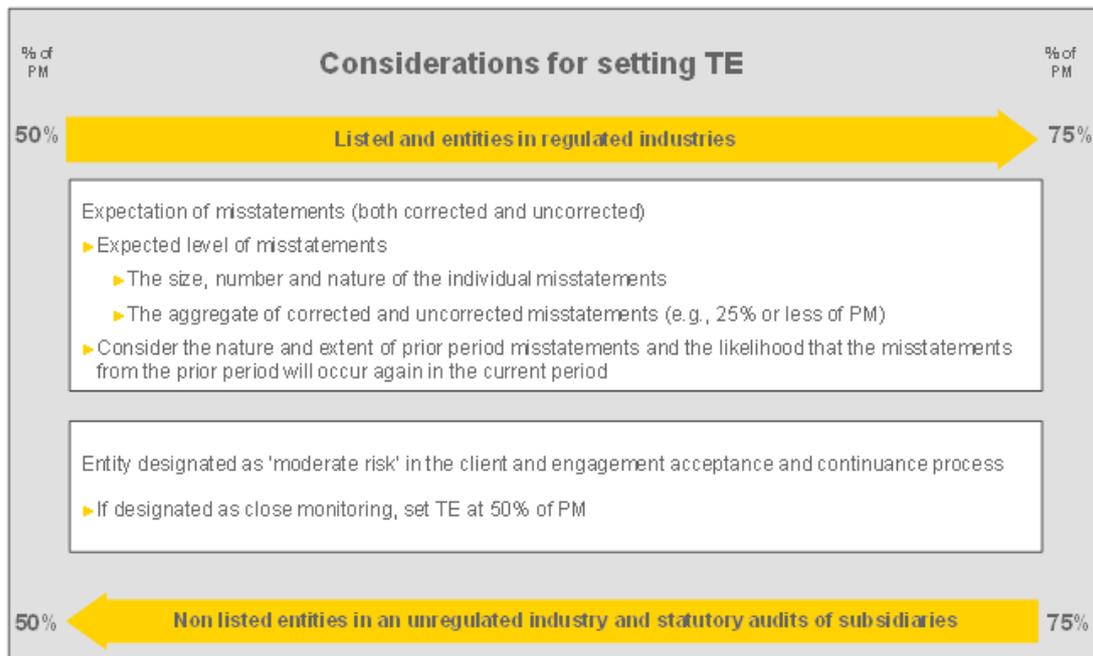


Figura 2- Abordagem na definição do TE

É usado um julgamento profissional de forma a decidir um aumento do TE acima dos 75% da PM para uma entidade listada numa indústria regulamentada, ou decidir diminuir o TE abaixo dos 50% da PM para uma entidade não listada numa indústria regulamentada.

Aos serem tomadas estas decisões são considerados os seguintes aspectos:

- Expectativas sobre as distorções;
- Designação no cliente e processo de aceitação e continuidade do engagement ;
- Entendimento colectivo da entidade e da indústria;
- Historial da relação passada entre a Ernst & Young e a entidade a ser auditada;
- Avaliação dos riscos associados com o envolvimento entre a Ernst & Young e a entidade a ser auditada.

2.3.3 Diferenças de Auditoria – (SAD-Summary of Audit Differences)

O valor de SAD nominal é designado por um valor abaixo do qual as distorções acumuladas não provoquem um efeito material nas demonstrações financeiras. Por outras palavras, valores abaixo do valor nominal SAD, julgado por qualquer critério de natureza, dimensão ou circunstâncias, são considerados triviais não sendo consequentemente considerados na nossa avaliação global de distorções.

O valor nominal de SAD é designado da seguinte forma:

- 5% da PM quando o TE está fixado nos 50% da PM
- 3% da PM quando o TE está fixado no 75% da PM

Quando o TE é fixado em menos de 5% da PM, fazemo-lo com base numa expectativa de poucas distorções. Nestas situações, quando identificamos uma série de distorções abaixo do nosso valor nominal SAD, nós desafiamos a possibilidade de recalcularmos o valor nominal SAD a um nível inferior, para se certificar de que essas distorções são capturadas na SAD e adequadamente avaliadas.

2.4 - Os Riscos associados ao processo de Auditoria

Num processo de auditoria a recolha de provas por parte do auditor exerce um duplo objectivo, primeiramente, validar as asserções (preposições) contidas nas Demonstrações Financeiras, conduzindo aos objectivos finais de um trabalho de auditoria, no qual consiste na expressão da opinião por parte do auditor, e seguidamente, salvaguardar os trabalhos realizados por este profissional, em que a sua opinião apenas foi possível a partir de provas recolhidas ao longo do seu trabalho.

A ISA 500 considera os diversos tipos de potenciais distorções, na qual o auditor deverá utilizar as asserções em pormenor suficiente que possibilite uma base para a avaliação dos riscos de erros significativos, bem como para a concepção e execução de novos

procedimentos de auditoria. As asserções utilizadas pelo auditor dividem-se, nas três seguintes categorias:

(A) Asserções relativas a classes de transacções e acontecimentos durante o período em causa:

- **Ocorrência** (occurrence): as transacções e acontecimentos que se encontram registados ocorreram de facto e estão relacionados com a entidade;
- **Plenitude** (completeness): todas as operações e acontecimentos que deviam ter sido registados foram de facto registados;
- **Exactidão** (accuracy): valores e outros dados relacionados com as transacções e acontecimentos registados foram apropriadamente registados;
- **Corte** (cut-off): transacções e acontecimentos foram registados no período contabilístico a que diziam respeito;
- **Classificação** (classification): transacções e acontecimentos foram registados nas contas apropriadas.

(B) Asserções relativas a saldos de contas no final do período:

- **Existência** (existence): activos, passivos e interesses no capital próprio existem de facto;
- **Direitos e obrigações** (rights and obligations): a entidade detém ou controla os direitos sobre os seus activos, e os passivos representam as obrigações da entidade;
- **Plenitude** (completeness): todos os activos, passivos e interesses no capital próprio que deviam ter sido registados foram de facto registados;
- **Valorização e imputação** (valuation and allocation): activos, passivos e interesses no capital próprio estão incluídos nas DF por quantias apropriadas e quaisquer ajustamentos resultantes de valorização ou imputação foram apropriadamente registados.

(C) Asserções relativas à apresentação e divulgação:

- **Ocorrência e direitos e obrigações** (occurrence and rights and obligations): acontecimentos, transacções e outros assuntos divulgados de facto e estão relacionados com a entidade;
- **Plenitude** (completeness): todas as divulgações que deviam ter sido incluídas nas DF foram de facto incluídas.
- **Classificação e compreensibilidade** (classification and understandability): a informação financeira foi apresentada e descrita de forma apropriada, e as divulgações encontram-se claramente expressas;
- **Exactidão e valorização** (accuracy and valuation): informações financeiras e outras foram apropriadamente divulgadas e quantificadas.

Por seu turno, a norma nacional equivalente, a DRA 510 da OROC, prescreve a existência de sete tipos de asserções, sem estabelecer de modo explícito, e ao contrário da ISA 500, uma classificação entre as mesmas. Assim, refere-nos aquela directriz *que* “As asserções subjacentes às demonstrações financeiras são as informações transmitidas pelos gestores, de maneira explícita ou não, incorporadas nas DF e compreendem” :

- existência - um activo ou um passivo existe numa determinada data;
- direitos e obrigações - um activo ou um passivo respeita à entidade numa determinada data;
- ocorrência - uma transacção ou um acontecimento realizou-se com a entidade e teve lugar no período;
- integralidade - não há activos, passivos, transacções ou acontecimentos por registar, ou elementos por divulgar;
- valorização - um activo ou um passivo é registado e mantido por uma quantia apropriada;
- mensuração - uma transacção ou um acontecimento é registado pela devida quantia e o rédito ou gasto é imputado ao período devido; e

- apresentação e divulgação - um elemento é divulgado, classificado e descrito de acordo com a estrutura conceptual de relato financeiro aplicável.

Não se afastando substancialmente das asserções previstas no normativo internacional, é deste modo possível tecer uma correspondência, ainda que indirecta, entre as asserções apresentadas num e noutro documento.

A ISA 500 faculta ao conceito de prova em auditoria uns sentidos bastante alargados, que adiante transcrevemos: *“São todas as informações utilizadas pelo auditor que lhe permitam extrair conclusões através das quais a sua opinião é baseada, e que inclui as informações contidas nos registos contabilísticos subjacentes às DF e outras informações”*.

Como objectivos, esta norma indica-nos ainda que a obtenção de provas em auditoria possibilita ao auditor extrair conclusões que baseiam a sua opinião, e possuem significativa importância para o auditor no que toca em especial a:

- permitir ao auditor compreender a empresa e o seu meio envolvente, incluindo o seu sistema de controlo interno, e avaliar os riscos de distorções materiais a nível das demonstrações financeiras e das asserções (procedimentos de avaliação do risco) para testar a eficácia operacional aos controlos e prevenir ou detectar e corrigir distorções materiais a nível das asserções (testes aos controlos);
- detectar distorções ao nível das asserções (procedimentos substantivos), os quais incluem; testes de detalhes de classes de transacções, saldos de contas e divulgações e
- procedimentos analíticos substantivos.

Em linhas breves, podemos portanto afirmar que a prova é qualquer informação que corrobora ou refuta uma asserção. Em termos nacionais, o CEDPROC (Código de Ética

e Deontologia dos ROC), documento de valor incontornável ao bom exercício da profissão, expõe por isso, já no n.º 2 do seu art.º 5º, que:

Deve, designadamente, o seu trabalho (o dos ROC) e o dos seus colaboradores ser planeado, executado, revisto e documentado, de forma a constituir fundamentação adequada e suficiente dos relatórios, certificações e pareceres emitidos.

Por isso, já na fase do planeamento, deverá o auditor fixar uma estratégia global que abranja o âmbito, a tempestividade e a direcção da auditoria, de forma a servir de guia ao desenvolvimento de um plano de auditoria mais detalhado. A DRA 510 estabelece que o auditor/revisor deve organizar um processo contendo toda a documentação que adequadamente suporte a sua opinião. Tal documentação resulta da realização de testes de auditoria e de procedimentos alternativos e inclui, para além das demonstrações financeiras objecto de revisão/exame, a prova das informações orais e escritas obtidas de terceiros.

A prova de revisão/ auditoria deverá ser obtida pelo revisor/auditor para cada uma das asserções a serem testadas em cada uma das áreas objecto de estudo, embora um mesmo procedimento possa servir para comprovar mais do que uma asserção. Relacionado com este último ponto em particular, cabe referir que o auditor poderá colocar-se em situação de desacordo com o órgão de gestão da entidade relativamente, entre outros, às asserções incluídas nas DF. Assim, e conforme expresso na DRA 700, quando se revelarem profundos e significativos os efeitos desse desacordo, de tal modo que as DF possam induzir em erro os seus utilizadores, o revisor/auditor deverá emitir uma opinião adversa.

Assim vê-se que, em auditoria, o suporte da opinião revela-se de extrema importância, uma vez que é por esta via que o auditor suporta, ele próprio, o seu trabalho.

Pela sua importância, a obtenção de provas deve ser razoavelmente credível, de tal forma que o seu conjunto informativo possa “convencer” o próprio auditor da validade

de sua opinião. A relação entre as asserções subjacentes às Demonstrações Financeiras e a prova de auditoria adapta-se de variados modos.

Capítulo 3- Prática de Auditoria Desenvolvidas.

3.1- Actividades de Formação de Adaptação

Após a recepção na Ernst & Young por toda uma equipe de Recursos Humanos e da apresentação dos colegas de trabalhos, os primeiros dois dias na empresa foram passados com actividades na sessão de Induction.

Conjuntamente com todos os colegas recém admitidos na empresa, participei numa sessão denominada “Induction”, que é composta por sessões de formação e informação sobre a empresa e a actividade a desenvolver, assim como actividades não técnicas, objectivando o inter-relacionamento dos membros do grupo. Esta sessão foi realizada fora da empresa, e em regime de alojamento fora da área da sede da empresa, tendo sido focado, entre outros, os seguintes aspectos essenciais para a profissão:

a) Políticas e procedimentos:

Distribuição e esclarecimento sobre o código de conduta da empresa, que apresenta o enquadramento ético, no qual baseamos as nossas decisões, enquanto indivíduos e enquanto membros da organização, e que se baseia nos princípios orientadores que devem ser utilizados por todos no seio da Ernst & Young: 1) Trabalhar em equipa; 2) Trabalhar com clientes e terceiros; 3) Agir com integridade profissional; 4) manter a nossa objectividade e Independência; e 5) Respeitar a propriedade intelectual.

b)Comportamento:

Sessão de informação sobre o comportamento profissional que os novos membros deverão seguir na sua actividade na empresa, e esclarecimento acerca dos regulamentos e normas internas instituídas e que deverão ser seguidos por todos na instituição.

c) Ética:

Explicação da importância da ética e integridade na nossa actividade profissional, aspectos que se sobrepõem inclusivamente a um cliente ou relação externa, realçando a importância da reputação da Ernst & Young.

d) Independência

A empresa cumpre com as regras de independência da Ernst & Young, com o entendimento de que as mesmas poderão, por vezes, ser mais rigorosas do que os requisitos profissionais e legais em vigor no país.

e) Trabalho de Campo

Foram fornecidos os aspectos fundamentais e tarefas a efectuar no trabalho de campo. Mais detalhes no ponto 3 deste plano.

Relativamente à formação técnica, esta teve a duração de 3 semanas tendo sido a mesma dada por profissionais da Ernst & Young, com experiência profissional superior a cinco anos. Com uma duração aproximada de 105 horas totais, a formação incidiu em temas de auditoria, contabilidade, metodologia e ferramentas, como se indica no **(Anexo.1- Plano de Formação)**.

Após a conclusão da formação técnica, fui integrado em equipas para iniciar o trabalho de campo de auditoria.

Num trabalho de auditoria, em todos os clientes em que trabalhei existem duas fases do trabalho: uma fase preliminar, antes do final do exercício, a que se dá o nome de “Trabalho Interino” e o “Trabalho Final”, após o fecho das contas do exercício a auditar. O trabalho interino incide principalmente nas questões de planeamento de controlo interno e testes aos controlos sendo efectuadas também análises às contas do período do exercício decorrido até à data em que se realiza o trabalho, sendo necessário depois completar estas análises no trabalho final. Para além deste tipo de trabalho também tive a oportunidade de participar durante o período de estágio em projectos de

trabalho final onde tive a possibilidade de efectuar circularizações sobre entidades externas ao cliente, realização de testes substantivos e participação nos inventários de existências.

Quer nos trabalhos de controlo interno quer nos trabalhos finais existem programas de trabalho a serem seguidos. Contudo, dada a especificidade de cada cliente e a confidencialidade de dados e formatação dos papéis de trabalho em causa, os programas de trabalho, bem como os papéis de trabalho não farão parte do conteúdo deste relatório.

Durante os primeiros meses de estágio (até Dezembro de 2011) , e no que diz respeito à fase de trabalho de controlo interno, tive a possibilidade de colaborar em sete projectos com áreas bastante distintas, nomeadamente:

- num grupo de empresas de produção e distribuição de matérias-primas de compostos químicos aplicados em sectores como na indústria química, farmacêutica, alimentar, têxtil, tratamento de água, e papel;
- num grupo de empresas de retalho automóvel e peças para automóveis;
- num grupo de empresas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, que tem como objecto de negócio o cumprimento das fases do ciclo urbano da água, onde está subjacente a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo público e a recolha, o tratamento e rejeição de águas residuais urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização;
- num grupo de empresas de produção e distribuição de produtos cosméticos;
- num grupo de empresas que tem como objectivo o exercício de actividades de prospecção, pesquisa e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos;
- num grupo de empresas de importação e distribuição de matérias-primas para as indústrias química, metalomecânica, gráfica, alimentar, farmacêutica, cosmética, cortiça, plásticos, tintas e vernizes, colas, detergentes, borracha e outras.

No que diz respeito à fase de trabalho final, tive a possibilidade de colaborar em três projectos também estes em áreas bastante distintas, nomeadamente:

- numa empresa de venda e aluguer de estruturas modulares em que disponibiliza soluções de alojamento, armazenamento e bem-estar, em sectores de actividade como os da construção e infra-estruturas, da indústria, dos serviços, da saúde e da administração pública;
- num grupo de empresas de comercialização de produtos farmacêuticos;
- numa empresa de fabricação, instalação, projecto e distribuição de produtos e soluções de telecomunicações e informática.
- numa empresa que comercializa produtos cosméticos.

3.2-Preparação dos papéis de trabalho.

Os ciclos de trabalho Ernst & Young estão divididos da seguinte forma:

- L - Imobilizações Incorpóreas;
- K - Imobilizações Corpóreas;
- H - Investimentos Financeiros;
- F - Existências;
- J - Dívidas de Terceiros – M/L Prazo;
- E - Dividas de Terceiros – Curto Prazo;
- D – Títulos Negociáveis;
- C – Depósitos Bancários e Caixa;
- G - Acréscimos e Deferimentos;
- T – Capital;
- Q – Dividas a terceiros – M/L Prazo;
- N – Dívidas a terceiros – Curto Prazo;
- P – Acréscimos e Deferimentos provisão para risco;
- O – Imposto Sobre o Rendimento;

- S – Responsabilidades de Contingente e Encargos Contratuais;
- VA – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas;
- VC_VD- Fornecimentos de Serviços Externos e Outros Custos Operacionais;
- VC_VD1 – Fornecimentos e Serviços Externos;
- VB – Custos com Pessoal;
- VG – Amortização e ajustamento do exercício – Provisão de exercício;
- VO – Impostos;
- UA – Vendas e Prestação de Serviços;
- UB – Outros Proveitos Operacionais;
- UB5 – Reversão de Amortizações e Ajustamentos;
- VE – Custos e Perdas Operacionais;
- UC – Proveitos e Ganhos Financeiros;
- VF – Custos e Perdas Extraordinárias;
- UD – Proveitos e Ganhos Extraordinários.

Todos os trabalhos e documentação dos mesmos são colocados, analisados e actualizados directamente na plataforma informática GAMx.

A ferramenta informática GAMx é uma aplicação de *software* desenvolvida pela Ernst & Young .Esta aplicação providencia uma plataforma eficaz e estável no processo de auditoria, sendo o alicerce das metodologias de auditoria nos trabalhos de auditoria, revisão e compilação, incluindo as seguintes funcionalidades: a criação de programas específicos de auditoria, que podem ser adaptados para riscos e situações específicas de cada cliente e/ou circunstâncias; avaliação, teste e documentação de controlo interno; vinculação directa dos riscos identificados para os procedimentos de auditoria; execução da auditoria num fluxo acertado (pré actividades auditoria, compreensão da entidade e do negócio, avaliação do risco, resposta à avaliação do risco, etc.); e documentação relativa à fase de auditoria pré-final e final.

Um trabalho de auditoria realizado através do GAMx é bastante semelhante a um trabalho desenvolvido sem ela, com a diferença de que deixam de existir os

‘tradicionais’ programas de trabalho, uma vez que o programa os gera automaticamente face às informações da entidade a auditar inseridas, numa fase inicial. Porém, podem sempre acrescentar-se pontos aos programas de trabalho gerados. À medida que o trabalho se vai desenvolvendo vão-se anexando os ficheiros de suporte e respondendo às questões directamente no sistema.

Numa fase inicial de um programa de trabalhos, a primeira tarefa a realizar é criar um engagement e dentro do mesmo um *Workspace* (**Anexo.2-Página sumariada do Workspace do cliente XPTO**) para esse mesmo cliente. No GAMx em cada trabalho, está definida a equipa de trabalho e as respectivas funções.

A barra de navegação GAMx Navigation (**Anexo.3-GAMx Navigation**) permite à equipa de auditoria ter um fácil acesso a todas as secções do ficheiro do trabalho. As secções, apresentadas no anexo em causa estão organizadas de modo a seguir o fluxo assertivo de um trabalho de auditoria que vai desde o planeamento e identificação dos riscos até ao reporte e conclusão dos trabalhos.

Após a chegada ao cliente, uma das primeiras tarefa passa pela elaboração de um documento que é entregue aos responsáveis dos departamentos em causa com a documentação a solicitar quer para os procedimentos de Controlo Interno quer para os procedimentos de fecho de contas. São solicitados também, os balancetes da razão, de terceiros e de abertura para que se proceda à sua introdução nos papéis de trabalho. Estes papéis de trabalho consistem um conjunto de *sheets* de vários documentos do Excel denominado de *Leads*. O documento principal compreende a “TB” – *Trial Balance*, onde são inseridos os valores constantes no balancete do exercício em análise e onde constam também os valores inseridos no exercício anterior, de modo a obter balancetes comparativos. (**Anexo.4-Trial Balance-Parte das Contas**). No ficheiro principal constam outras sheets, nomeadamente, o “Activo”, “Passivo” e “Demonstração de Resultados ou “P&L” (**Anexo.5-Balance Sheet-Parte das Rubricas**), que compõe a revisão analítica.

A par deste ficheiro principal, existem mais 28 ficheiros, acima mencionados, cada um referente a cada um dos ciclos de trabalho, (**Anexo.6-Exemplo de um ciclo de trabalho - Lead VC_VD – FSE's e Outros Gastos e Perdas Operacionais**). Estes ficheiros formam assim as *Lead Schedule* de cada um dos ciclos, sendo que a cada um dos ciclos estão alocadas as rubricas do balancete a que lhes correspondem. No TB, seguida da descrição da rubrica, está mencionada a letra do ciclo a que a conta está alocada. Cada *Lead Schedule*, bem como a TB e todos os restantes papéis de trabalho são identificados com o nome de quem realiza e revê o trabalho, a data em que é efectuado, o nome do cliente auditado e a referência do papel de trabalho.

Um outro procedimento inicial no trabalho de auditoria, a par da introdução do balancete é a verificação do balancete de abertura do exercício a auditar com as demonstrações financeiras do exercício anterior, de forma a resguardar alterações às mesmas. O balancete de abertura é também conferido com o último balancete introduzido no trabalho do exercício anterior, de modo a prevenir alguma alteração que tenha existido e não esteja ainda evidenciada nos papéis de trabalho.

A referência dos papéis de trabalho é de igual forma um aspecto de grande importância num trabalho de auditoria, dado que durante a fase de trabalho e a fase posteriormente à mesma, permite uma clara e rápida localização dos documentos nas pastas de trabalho.

Todos os papéis de trabalho são referenciados, existindo referências externas, para correlacionar as informações de um papel de trabalho para outro; e referências internas, dentro de um mesmo papel de trabalho. As referências são alfanuméricas e evidenciadas a encarnado. Cada papel de trabalho é referenciado com a letra do respectivo ciclo a que se refere, seguida de um número, com uma numeração sequencial.

Durante a referência dos papéis de trabalho à que ter em conta o tipo de documento; se é um papel físico ou em formato digital. No caso de ser em formato digital a referência deste é feita de acordo com o tipo de documento (p.e **2011_nome da**

empresa_ K01.1_ tipo de processo. pdf). No caso de ser em papel físico a sua referenciação externa em colocada no canto superior direito (p.e **K01.1**).

3.3- Levantamento de Processos - Controlo Interno

Durante os trabalhos de Controlo Interno uma das tarefas realizadas nos sete projectos que se inseriram no âmbito de controlo interno (anteriormente mencionados) em que colaborei, prendeu-se com a actualização do levantamento de procedimentos de todas áreas em que se averigúe um maior fluxo em termos de movimentos; maioritariamente elas foram:

BA – Vendas e Prestação de Serviços;

BB – Compras;

BC – Recebimentos;

BD – Pagamentos;

BE – Ordenados e Salários;

BF – Investimentos;

BG- Financiamentos.

O levantamento de procedimentos consiste num levantamento exaustivo de todo o processo em causa, desde o seu início (p.e- requisição de uma nota de encomenda no caso de uma compra) até ao seu registo contabilístico. Este levantamento é realizado através de entrevistas/reuniões com as pessoas envolvidas directamente nos processos a que lhes dizem respeito. O objectivo do levantamento de processos passa por identificar quais os princípios base aplicados ao nível do sistema de controlo interno, relacionados com autorizações, delegações de competências e segregação de funções de todo o tipo de procedimentos a que estão adjacentes cada uma das áreas.

O levantamento de procedimentos tem também como objecto, averiguar a existência e o tipo de controlos aplicados nos procedimentos em causa. Relativamente ao tipo de controlos estes poderiam classificar-se em application controls (Controlos informatizados) ou manual controls. A título exemplificativo podemos ver parte do template utilizado para o levantamento da narrativa de Compras. (**Anexo.7- Cabeçalho do template utilizado para documentar a narrativa do processo de Compras**)

Em simultâneo com esta tarefa é realizei também um *Walkthrough* aos procedimentos acima mencionados. Um *Walkthrough* consiste no acompanhamento desde a montante até a jusante do respectivo procedimento. No caso de uma compra, partindo autorização de uma nota de encomenda a um fornecedor, seleccionada aleatoriamente, é percorrido todo o processo inerente a uma compra, averiguando se todos os passos foram cumpridos, de modo a detectar a existência de falhas a nível de controlo interno. A documentação comprovativa desse processo para além de ser explicada e evidenciada num template próprio é documentada no respectivo dossier de controlo interno da correspondente empresa a ser auditada. Exemplo de um papel de trabalho com fins a documentação do Walktrought de Compras (**Anexo.8-Cabeçalho do Template a utilizar no Walktrought de processo de Compras**).

3.4-Teste às Transacções - Controlo Interno

3.4.1- Teste às transacções de Compras

Após a realização e análise do levantamento de procedimentos da área das compras por exemplo, os pontos de controlo são identificados, de forma a elaborar um teste ao sistema de controlo interno da área.

Para o caso específico de um teste às compras, e no exemplo que realizei, solicitei a Listagem de Ordens de Compra do sistema respeitante ao período de reporte.

Posteriormente seleccionei de todas essas ordens de compra, 25 transacções através da Ferramenta EY Random (**Anexo.9-Ferramenta de selecção de transacções EY Random**) .

No caso 25 dado que a metodologia Ernst & Young define 25 exemplos para transacções que ocorram com uma frequência diária. Para as 25 transacções seleccionadas seleccionei os respectivos elementos detalhados no Programa de Trabalho (Ordem de Compra, Packing List, Nota de Entrada da Mercadoria, factura final e respectivo Print-Screen que evidencie a contabilização da compra).

Através desta documentação disponibilizada pelo cliente é possível identificar casos em que as quantidades presentes na Ordem de Compra diferiam das quantidades presentes na Packing Lista, na Nota de Entrada ou na Factura. (**Anexo.10-Template onde são introduzidos os dados referente à Ordem de Compra, Packing List, Nota de Entrada de Mercadoria; e Factura**)

Um outro teste adicional que efectuei ainda inserido no Teste às Compras foi certificar-me que o sistema de contabilidade do cliente não permitisse a contabilização de facturas em duplicado nem a eliminação de facturas já pagas.

No final do teste poderemos considerar o controlo de compras como efectivo ou não efectivo de acordo com o grau de anomalias que tenham sido detectadas.

3.4.2-Teste às Transacções de Vendas

Um outro teste que efectuei em determinados projectos, foi o teste às vendas sendo que a realização dos testes nesta área é em tudo idêntico à realização dos testes na área das compras acima mencionado.

Aquando da minha presença numa equipa que estava a efectuar processos de Controlo Interno numa farmacêutica tive a oportunidade de realizar o teste em questão.

No caso em específico selecionei através da ferramenta EY Random, 25 Ordens de Venda. Para estas 25 ordens de venda solicitei a respectiva Nota de Encomenda que lhe deu origem, Guia de Transporte e respectiva Factura.

Através desta documentação verifiquei se os termos de produtos, quantidade e preços estavam concordantes entre os diferentes documentos e com o que estava evidenciado na Contabilidade de forma a concluir acerca da efectividade do Controlo. **(Anexo.11- Template utilizado no Teste às Vendas)**

3.5- Meios Financeiros Líquidos - Procedimentos Substantivos

Ao analisar os Meios Financeiros Líquidos do Cliente, tive em conta as suas contas correspondentes, sendo que esta rubrica se subdivide em Caixa, Depósitos à Ordem, Outros Depósitos Bancários e Outros Instrumentos Financeiros. Os riscos inerentes a esta área consistem no erro do montante de depósitos à ordem registado pela Empresa, na existência de itens de reconciliação que configurem erros na contabilidade e na existência de montantes não reconciliados pela Empresa, e ainda no erro de classificação de contas a receber, como exemplo, recebimentos não alocados ao saldo do respectivo cliente. Assim, as asserções mais relevantes nesta área passam pela *Existence, Cut-off e Completeness*.

Os meios financeiros líquidos são, de todos os activos de uma empresa, os mais vulneráveis a ponto de serem objecto de utilização não apropriada por parte das pessoas que trabalhem na Empresa a ser auditada.

A nível geral as empresas apenas devem efectuar pequenos pagamentos em dinheiro, devendo os pagamentos normais a terceiros serem efectuados através de Bancos ou de cartões de débito e/ou de crédito.

Assim sendo, dever-se-á constituir um “fundo fixo de caixa” o qual deverá ser repostado periodicamente, como exemplo, no final de cada semana.

Nesta rubrica deverá ser efectuado um rigoroso controlo interno, uma vez que se deve garantir que existe um responsável pela manutenção da caixa e que, qualquer transacção que implique o seu movimento se faz após prévia autorização.

Num cliente em que tive a oportunidade de realizar procedimentos substantivos verifiquei que o saldo que tinham em caixa era de cariz significativo. Inicialmente, analisei movimentação da rubrica caixa de forma a identificar possíveis lançamentos pouco correntes, investigando as razões para a verificação dos mesmos. Verifiquei como tal se o saldo de caixa que realmente existe, o saldo de caixa que se encontra registado na contabilidade do cliente, assim como o registo adequado das operações, através de folha de caixa e respectivos comprovativos. Nesta análise tive em conta não só os meios monetários, mas também os cheques e vales em caixa. A par destes procedimentos efectuei uma inspecção física aos valores existentes em caixa, tendo a mesma sido efectuada na presença dos respectivos responsáveis. Este procedimento foi feito neste caso dado que a empresa não tenha implementado o referido sistema de fundo fixo, torna-se necessário adoptar uma inspecção física no final do dia a que se referem as demonstrações financeiras.

O procedimento de auditoria mais importante a realizar na rubrica de depósitos bancários consiste na confirmação dos saldos junto das instituições de crédito relativamente aos depósitos bancários e outros activos financeiros. A data de confirmação destes saldos deverá ser referente às demonstrações financeiras, sempre à data de reporte. De frisar que efectuei a análise a conta de depósitos bancários em todos os clientes em que tive a oportunidade de realizar procedimentos substantivos.

Após o recebimento da carta do banco, começava por verificar se os valores segundo o extracto bancário coincidiam com os valores registados na contabilidade da empresa. De forma a garantir que estas diferenças são itens de reconciliação válida são então pedidas as reconciliações. A validade dos itens em reconciliação, era feita através da análise de extracto bancário subsequente (open-items contabilizados pela Empresa e não no

Banco) e o extracto contabilístico subsequente (para open-items contabilizados pelo Banco e não pela Empresa).

Nos vários testes de reconciliações bancárias que realizei, quando o saldo do Banco não coincidia com o saldo da Empresa, normalmente, estava relacionado com cheques em trânsito, confirmando com extracto subsequente em como tinham sido descontados no mês seguinte. Toda esta análise e respectiva documentação eram devidamente documentadas num template próprio. **(Anexo.12-Template utilizado para fins de análise das reconciliações bancárias).**

Outros procedimentos, igualmente importantes, e que garantem que todas as responsabilidades estão registadas ou divulgadas nas contas, traduz-se na análise da resposta emitida pelo Banco, ou seja, no qual eu tinha de garantir que tudo o que o Banco informa está adequadamente registado ou divulgado na contabilidade do cliente em causa.

Assim, após feita a auditoria na rubrica de Meios financeiros líquidos os seus saldos correspondentes estão adequadamente mensurados e apresentados no Balanço de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

3.6- Compras de Bens e de Serviços, Pessoal e Dívidas a Pagar.

A análise das compras e das contas a pagar deverá ser feita conjuntamente, pois uma grande parte das contas a pagar provem das compras efectuadas pela Empresa. Assim sendo, dado o volume elevado de transacções existentes nesta rubrica, o registo adequado de compras e contas a pagar deverá ter uma atenção especial por parte do auditor. Relativamente à rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos será importante dar atenção ao facto de muitas vezes a despesa só ser registada após a utilização do serviço.

As principais contas de 1º grau do SNC que têm a ver com esta área são as seguintes:

- 31 – Compras
- 62 – Fornecimentos e Serviços Externos
- 63 – Gastos com Pessoal
- 22 – Fornecedores
- 23 – Pessoal
- 25 – Financiamentos obtidos
- 69 – Gastos e perdas de financiamento

O meu trabalho como assistente relativo a Compras de bens e de serviços, Pessoal e Dívidas a pagar assentou essencialmente na rubrica de Fornecedores, FSE's e Custos com Pessoal.

3.6.1-Fornecedores – Procedimentos Substantivos

No caso dos Fornecedores o principal risco assenta no erro do registo das responsabilidades para com os fornecedores e outros credores, sendo a asserção *Completeness*.

Quanto à área de Fornecedores, após a análise do Balancete correspondente aos Fornecedores são seleccionados aqueles sujeitos a confirmação de saldos. Esta confirmação de saldos é efectuada com referência à data a que se referem as demonstrações financeiras no qual posteriormente são analisadas as respectivas conciliações de fornecedores, feitas pelo cliente. (**Anexo.13- Template de análise à circularização de fornecedores**).

O principal objectivo pelo qual se faz a confirmação de saldos de fornecedores consiste em confirmar se todos os passivos resultantes de transacções correntes (ou não) existentes ou incorridos à data das demonstrações financeiras estão reflectidos e expressos no balanço pelos seus valores apropriados. Nesta análise procura-se assegurar a asserção de *Completeness*, garantindo que todos os passivos se encontram

correctamente registados. Neste seguimento, as cartas enviadas aos fornecedores vão com o saldo em aberto, não devendo os saldos constantes na empresa ser inscritos nas cartas a enviar.

Nas empresas em que fiz auditoria, apercebi-me que a probabilidade de existirem passivos não contabilizados será maior nos fornecedores com maior volume de facturação, ou seja, mais antigos, sendo seleccionados os fornecedores com valores mais elevados na coluna dos movimentos acumulados a crédito. Assim sendo, mesmo no caso de um fornecedor apresentar saldo nulo ou devedor este poderá ser objecto de circularização. É importante referir que a confirmação de fornecedores coincida com a data a que se efectuam as contagens físicas dos inventários, de modo a garantir o *cut-off* (corte de operações).

Na experiência que obtive, muitas das vezes os saldos não coincidem sendo necessário obter o extracto da empresa que está a ser auditada e do fornecedor de modo a perceber onde reside a diferença de saldos, através da sua comparação chega-se ao lançamento ou lançamentos que justificam esta diferença. Na grande parte dos casos, estas diferenças acontecem pela existência de facturas contabilizadas na contabilidade do fornecedor e que ainda não estão na contabilidade do cliente, ou pagamentos que a empresa regista mas só mais tarde são registados como recebimentos no fornecedor.

3.6.2-Fornecimento de Serviços Externos (FSE's)- Procedimentos Substantivos

Relativamente aos FSE`s, estes registam-se a débito, um conjunto de operações relativas à aquisição de bens de consumo imediato e custos pagos ou a pagar a terceiros por serviços prestados à empresa, como exemplo, Subcontratos, Trabalhos Especializados, Transportes de Mercadorias, Conservação e Reparação, etc.

A análise de FSE`s que efectuei ao longo do período de estágio é uma análise que se baseia principalmente em testes de revisão analítica e análise documental das rubricas

mais significativas, de forma a comprovar a veracidade da revisão analítica feita conjuntamente com o cliente.

A selecção dos itens a analisar, visto ser uma rubrica bastante extensa, é efectuada com base na materialidade e relevância de cada uma subconta tendo em conta o negócio do cliente. Através da metodologia Ernst & Young era definido o CRA (Combined Risk Assessment) da rubrica de FSE's e era posteriormente aplicado um threshold que consistia numa aplicação de uma percentagem (normalmente 10 ou 15% sobre o erro tolerável de acordo com o CRA da conta).

Todas as rubricas de FSE's que evidenciassem um saldo superior ao threshold definido eram analisadas, através de uma revisão analítica juntamente com uma análise documental.

A análise documental em causa e de acordo com a natureza da conta poderia ser feita através de tipificação (selecção das facturas de custo de montante mais significativo) ou através de um QPT (Quick Proof Test) para rubricas que incluíssem custos com cariz periódico.

Por exemplo no caso da rubrica de Rendas e Alugueres, esta não será analisada com base na selecção dos valores mais representativos mas sim com base no QPT, no qual averiguava se o valor de cada uma das rendas se repetia todos os meses. Para um desses meses solicitava o documento comprovativo do respectivo custo.

Nesta análise em específico, solicitava ao cliente o contrato de cada uma das rendas de modo a perceber se se tratava de uma renda mensal, trimestral, semestral ou anual, confirmando se estas se repetem em todos os períodos correspondentes. Em algumas situações detectei na contabilidade das Empresas que auditei, o registo da renda correspondente a Janeiro do ano de 2012 no ano de reporte, não estando, portanto, correctamente contabilizadas, dado que nesta a situação estão a contabilizar o gasto a reconhecer do ano de 2012 no ano de reporte, o qual se traduz no aumento do valor do Activo.

Uma outra situação bastante comum consistia na ausência da especialização dos custos com a rubrica de electricidade. Verificava-mos que no final do ano de reporte (maioritariamente a 31-12-2011) o acréscimo de gasto do custo com a electricidade não era feito, não sendo este consequentemente reflectido na demonstração de resultados.

Relativamente à subconta de Honorários, verificava sobretudo se os custos em causa se repetiam ao longo do período, e procedia à respectiva análise documental (documentos comprovativos do custo de montante mais significativo) e uma revisão analítica no caso de se verificar uma variação significativa na rubrica em causa entre o ano de reporte e o ano correspondente ao período anterior. Esta conta engloba custos com honorários de advogados, auditores, entre outros. Na sua análise é importante verificar se os recibos verdes se encontram preenchidos na sua totalidade.

No caso da subconta Ferramentas e Utensílios, esta corresponde a materiais de rápido desgaste, pelo que materiais que excedam o período do ano deverão ser contabilizados na rubrica de Imobilizado. Por várias ocasiões detectei diferenças de auditoria (com mero impacto de reclassificação) devido a este tipo de anomalias

A análise da rubrica de Conservação e Reparação consistia maioritariamente na análise dos contratos de assistência técnica, conservação e reparação do activo imobilizado, sendo portanto, serviços e fornecimentos (peças, acessórios e materiais diversos) para conservação e reparação correntes de máquinas, viaturas, edifícios e outros bens imobilizados.

Todas as rubricas de FSE's apresentam características muito próprias, sendo necessário ter sempre presente um conjunto de particularidades, associando sempre à actividade da Empresa.

3.6.3-Gastos com Pessoal- Procedimentos Substantivos

Neste teste importa verificar se os Gastos com o Pessoal se encontram sobreavaliados, sendo elaborado com base no processamento salarial. Assim, validámos os Gastos com o Pessoal através de estimativas anuais às Remunerações, Remunerações a Liquidar, Subsídio de Almoço e os Encargos sobre as Remunerações.

Nestas rubricas, os erros mais comuns que encontrei ao acompanhar a equipa de auditoria nas várias empresas consistiam no erro da captação dos dados dos Recursos Humanos da Empresa, assim como no erro do cálculo da estimativa de remuneração a liquidar. Como tal, tínhamos sempre presentes o risco de erro na captação dos dados dos Recursos Humanos e o erro no cálculo da estimativa de remunerações a liquidar, correspondendo às asserções de *Occurrence, Cutoff e Accuracy*.

3.7-Inventário e Activos Biológicos - Procedimentos Substantivos

Em muitas empresas, a área de inventário é uma das mais significativas e pode ser muito difícil de validar. Em empresas cuja actividade principal é o tratamento e distribuição de águas, pesquisa e produção de hidrocarbonetos etc., é muito difícil ao auditor confirmar as existências finais reveladas nas DF's, tendo, frequentemente, o auditor de recorrer a especialistas para o efeito. No entanto, na maioria dos casos, um dos procedimentos fundamentais para validar as asserções *existence, e valuation* nesta área é a assistência e acompanhamento à contagem física de inventários.

A assistência à contagem pode servir como teste aos controlos (verificando se o procedimento é feito com a diligência necessária para que o auditor possa ter confiança no controlos) e o auditor deve ainda complementar o processo com diversos testes substantivos (confirmar a contagem e verificar a mensuração de determinado lote de mercadorias, por exemplo).

No caso das contagens físicas que efectuei, verifiquei se estavam a ser seguidas as instruções de contagens definidas pela empresa e se existem e estão a ser identificadas existências obsoletas ou danificadas; após a assistência, confirmava se o registo que efectuei era concordante e coincidente com os registos das listagens de inventário da empresa.

A par do acompanhamento das contagens físicas efectuava sempre o teste de Cut-off de existências, no qual solicitava as últimas entradas e saídas de mercadorias antes da data de reporte e as primeiras entradas e saídas após a data de reporte.

De frisar que para validar uma entrada/saída solicitava sempre a respectiva Guia de Transporte, Guia da Entrada/Saída da Mercadoria no Armazém, Factura de compra/venda e respectivo print-screen do lançamento contabilístico da entrada/saída. Toda a informação e possíveis erros de Cut-Off eram devidamente documentados num Template próprio (**Anexo 14.1- Template para fins de documentação das 5 últimas e 5 primeiras saídas à data de reporte**) e (**Anexo 14.2- Template para fins de documentação das 5 últimas e 5 primeiras entradas à data de reporte**).

Apesar da assistência às contagens físicas de inventários ser fundamental, existem outros testes que complementam esse procedimento e que podem ser feitos após a visita à empresa. Para tal, solicitava às empresas os seus ficheiros de inventários (de vários exercícios económicos, se possível).

De notar que, tal como em todas as áreas de auditoria, a análise só faz sentido se o auditor tiver confiança nos procedimentos de controlo interno da empresa, ou seja, nesta área em análise, os testes só são úteis se o auditor tiver concluído que a contagem física é feita com o rigor necessário para que se possam usar as listagens que daí resultam.

Depois de tratar os ficheiros de inventários, efectuei várias análises e testes de forma a

Complementar as minhas análises com a dos meus superiores hierárquicos para que a área de existências fosse validada. As principais análises efectuadas (em consonância com a área de negócio do cliente) foram:

-Verificar a existência de artigos sem rotação, que necessitem de ajustamentos por estarem obsoletos; esta comparação é feita entre ano N e ano N-1, ano N e ano N-2, etc.; uma vez que as listagens têm o nome, referência, quantidade e preço de cada artigo, este primeiro teste consiste em verificar se existem quantidades em N iguais a N-1 ou N-2 (e verificar se é coincidência ou existe mesmo obsolescência) e relatar as conclusões;

-Verificar a integridade dos dados do inventário, comparando-os com os balancetes extraídos da contabilidade e relatar eventuais diferenças;

-Verificar a existência de artigos com variação negativa no preço unitário, comparando preços ao longo dos vários anos em análise e relatar as situações materialmente relevantes; esta verificação é de extrema importância, uma vez que o auditor deve verificar se existe depreciação no valor das existências e se estão a ser feitos os ajustamentos adequados;

-Verificar a existência de artigos com variação positiva no preço unitário e verificar se existem situações em que se imponha a reversão do ajustamento;

-Verificar se existem artigos com quantidades negativas e relatar;

-Verificar se existem artigos sem valorização, ou seja, com preço = 0€, caso existam, averiguar se respeitam a artigos classificados como “ofertas” ou se estes artigos tinham preço em anos anteriores (esta última situação deve ser realçada para que o auditor tome as devidas medidas);

-Verificar a correcção do cálculo do valor dos artigos (quantidade * Preço unit.) e relatar eventuais diferenças;

-Verificar e relatar quais os artigos com maior valor unitário do inventário, bem como os artigos com maior valor total do inventário;

- Verificar se existem artigos com $PV < \text{Preço unit.}$ no inventário (e necessitem de ajustamentos) e aferir acerca da margem praticada para os diversos artigos;
- Valorizar o inventário de N ao custo de N-1, verificar as diferenças e tentar perceber o que esteve na origem das mesmas (por exemplo, revisão de preços por estarem subvalorizados ou sobrevalorizados, etc.)
- Relatar as maiores variações nas quantidades de artigos entre os diversos anos em análise.

Um outro teste que realizei às existências na fase dos procedimentos substantivos (em empresas em que esta área é relevante nas DF's da empresa) prende-se com a confrontação entre as aquisições de existências (estando em posse das facturas de compras com a discriminação dos preços praticados) e a sua valorização em inventário.

Todos estes testes têm como base a verificação da aplicação das normas de contabilidade aplicáveis no exercício em causa. De acordo com os critérios valorimétricos do SNC, as existências devem ser valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, a menos que o preço de mercado seja inferior, situação em que será este o valor a aplicar.

3.8-Activo Fixo Tangível - Procedimentos Substantivos

De forma a iniciar a análise ao activo fixo tangível da empresa começava por tratar os ficheiros de Depreciações/Reintegrações do Activo Fixo que a empresa remete para o Estado (ou que tem para próprio controlo interno) e onde são inseridos os elementos dos mesmos (código do activo fixo, ano de aquisição, mês e ano em que começou a ser utilizado, taxas de depreciação usadas, depreciações do exercício, depreciações acumuladas, etc.).

A análise que efectuava tinha como objectivo validar os seguintes pontos:

-Avaliar e validar o método de depreciação aplicado em cada elemento, e se esta escolha está dentro da legalidade (nomeadamente, nos casos em que é usado o Método das Quotas Degressivas);

-Realização de um teste, o qual está programado para que, introduzidos os valores de aquisição, data de aquisição e método de amortização usado, calcule os valores de amortizações do exercício que deveriam ter sido obtidas; o teste faz este cálculo tendo em conta as taxas máximas do DR 25/2009 (a par que poderão não ser as utilizadas pela empresa). Assim, as diferenças entre os valores apurados pelo teste e os valores aplicados pela empresa eram investigadas e justificadas. Por exemplo, a empresa poderá estar a usar as taxas mínimas, poderá estar a depreciar acima das taxas máximas, poderá estar a aplicar uma taxa entre a mínima e a máxima, poderá depreciar 100% no ano de aquisição por serem elementos de valor reduzido, poderá estar a depreciar em regime intensivo, tendo em conta a laboração por turnos que leva a excessivo uso das máquinas, etc.

Nesta última situação, tinha de verificar qual o coeficiente de majoração da taxa de amortização que está a ser utilizado (o máximo é de 1,5) e tem de se verificar qual o regime de amortização aplicado e o ano em que foi

-Confrontar os mapas de depreciação, no que diz respeito aos valores de aquisição, aos valores de depreciação do exercício e aos valores de depreciações acumuladas, com os valores apresentados pela contabilidade nas contas de Activo Fixo, na conta de depreciações acumuladas e nas contas de depreciações do exercício e como tal relatar eventuais diferenças;

-Avaliar a correspondência entre o código do bem e a sua descrição;

-Nos bens cuja taxa de amortização é determinada em função da utilização esperada, verificar consistência da aplicação da taxa ao longo dos anos;

-Validar e divulgar os movimentos (reavaliações, aumentos, alienações, transferências e abates) ocorridos no ano no Activo Imobilizado e movimentos (reforços e reversões) ocorridos nas respectivas amortizações e ajustamentos.

-Validar possíveis mais ou menos valias resultantes de alienações de imobilizado que tenham ocorrido ao longo do exercício em causa.

A análise da área de risco de Activos Fixos Tangíveis teve para mim especial importância dado que identifiquei em dois casos, diferenças de cariz de significativo e com impacto directo na possível emissão de uma “reserva” na Certificação Legal de Contas.

Num primeiro caso e através da análise que efectuei ao Activo Fixo Tangível averigui que a empresa em causa estava a depreciar os bens adquiridos no ano de reporte, pela totalidade dos meses, ou seja independentemente de o bem ter sido adquirido em no início a meio ou no final do ano a empresa depreciava pelos 12 meses quando segundo o método dos duodécimos deveriam ser incluídos na depreciação do exercício apenas os meses posteriores à data de aquisição. A justificação do cliente para este caso foi que (apesar de estarem a diminuir o valor do activo) só desta forma é que os custos de depreciação eram aceites fiscalmente. Contudo no exercício respeitante a 2011 e de acordo com o Diário da Republica tais custos poderiam ser aceites fiscalmente mesmo seguindo o normativo contabilístico respeitante ao método dos duodécimos.

Num segundo caso identifiquei um activo fixo, no caso um edifício inserido num complexo fabril em que apenas 50 % estava depreciado. Foi para mim um dado de especial importância dado que aquando da visita às instalações fabris verifiquei que esse mesmo edifício não estava a utilizada para nenhum tipo de fim e não constava lá qualquer tipo de maquinaria ou serviço que estivesse à disposição da empresa. Como tal e dado que o edifício em causa não era gerador de qualquer benefício económico presente ou futuro para empresa foi proposto por nós um ajustamento contabilístico que implicava a criação de uma perda por imparidade do activo em causa. Tal situação teve um grande impacto ao nível da própria administração da empresa dado que a possível diferença de auditoria detectada, era superior a materialidade da empresa e como tal poderia ser geradora de uma “reserva” na Certificação Legal de Contas.

Tal ajustamento acabou por não ser efectuado, dado que recebemos por parte do Grupo, documentação suficiente e válida que comprovava que o Grupo tinha intenções no curto prazo de deslocalizar para o edifício em causa uma unidade produtiva especializada, sendo este o comprovativo necessário para considerarmos que aquele edifício poderia ser gerador de um benefício económico futuro. Neste sentido e após esta conclusão a perda por imparidade daquele activo deixava de ter qualquer sentido.

3.9-Capital – Procedimentos Substantivos

Com base nas Demonstrações Financeiras do ano de reporte e nas Demonstrações Financeiras do exercício anterior procedia à reconciliação do Capital para a empresa em causa.

Através das Actas da Assembleia Geral onde eram deliberados os pontos mais importantes para validação da área (tais como aplicação de resultados, distribuição de dividendos , aumento ou diminuição do valor das reservas, prémios de emissão de acções, aumento ou diminuição do valor do capital social, etc) precedia à reconciliação do Capital, com o apoio de um Template pré-definido para o efeito (**Anexo.15-Template para fins de análise ao Capital**).

Esta área teve uma particular importância no meu desenvolvimento, dado que numa das empresas que tive a oportunidade de fazer este procedimento substantivo esta área foi geradora de dois issues de especial importância.

Numa das situações verifiquei que o valor do Capital Próprio de uma empresa do grupo era inferior a metade do Capital Social. De acordo com o artº 35 do Código das Sociedades Comerciais sempre que uma empresa apresente Capital Próprio inferior a metade do Capital Social deverá convocar uma Assembleia Geral a fim de tomar uma das seguintes medidas:

- 1- Dissolução da Sociedade;
- 2- Redução do Capital Social para montante não inferior ao Capital Próprio da Empresa;
- 3- Realização pelos Sócios de entradas de reforço da cobertura de capital.

No caso em específico nenhum dos pontos acima mencionados foi efectuado pela empresa que estávamos a auditar. Como tal este issue detectado foi gerador de uma “ênfase” aquando da redacção e respectiva emissão da Certificação Legal de Contas.

Numa outra situação respeitante a uma outra empresa do mesmo Grupo verifiquei que o montante das reservas legais estipulado no ano de reporte e que estava evidenciado nas respectivas actas, era inferior a 20% do Capital Social. Segundo o artº 295 do Código das Sociedades Comerciais o montante em Reservas Legais nunca poderá ser inferior a 20% do Capital Social. Neste caso, o cliente (administração de empresa) decidiu emitir uma nova acta (no qual o novo valor das reservas legais correspondia a 20 % do Capital Social) após uma assembleia-geral extraordinária e procedeu conseqüentemente ao respectivo ajustamento contabilístico.

3.10- Revisão de Eventos Subsequentes- Procedimentos Substantivos

A revisão de eventos subsequentes é uma das últimas tarefas a serem realizadas num trabalho de auditoria e os procedimentos a seguir passam pela revisão das transacções e acontecimentos ocorridos após a data das Demonstrações Financeiras, cujo impacto seja significativo, para essas demonstrações.

Para tal sempre que procedia à revisão de Eventos Subsequentes solicitava ao cliente as pastas do ano posterior ao ano em análise e examinava os documentos (facturas recebidas e emitidas, pagamentos e recebimentos e notas de débito e crédito) para o período decorrido desde 31 de Dezembro até ao último dia de trabalho de campo no cliente.

Numa das análises que fiz inserida neste âmbito o objectivo passava por encontrar documentos relativos ao exercício de reporte e apenas contabilizados no exercício posterior ou ainda por contabilizar, sem que se tenha constituído um acréscimo de gastos para os mesmos. Por várias vezes aquando da finalização dos procedimentos de fecho de contas encontrei facturas de custos (FSE's) referentes ao ano exercício de reporte de 2011 e cujo os gastos não estavam devidamente acrescidos.

Uma outra análise que fiz no âmbito em causa, consistia em analisar as notas de crédito do início do exercício posterior ao exercício de reporte. Tal análise tinha como objectivo verificar se as notas de crédito emitidas estavam a anular facturas de venda correspondente ao final do exercício de reporte com objectivo de empolar o valor das vendas no ano de reporte. Em várias situações detectei notas de crédito de 2012 por exemplo, que estavam a anular facturas de vendas correspondente ao exercício de reporte de 2011 e no qual as mesmas não estavam devidamente justificadas ou contabilizadas como acréscimos de rendimentos, mas sim contabilizadas como uma venda normal.

Tais situações tinham impacto directo nos resultados da empresa e como tal eram consideradas como diferenças de auditoria.

Conclusão:

Hoje em dia, os negócios empresariais realizam-se num meio envolvente e cada vez mais transparente, em que os potenciais utilizadores – sector financeiro, accionistas, investidores, público, credores e clientes – procuram informações fiáveis.

Contudo vivemos em períodos de falta de confiança, que abrange sectores económicos, sociais e políticos, quer por aumento de incerteza quanto ao futuro quer por falta de coerência passada. Nos sectores económicos, há indícios de recuperação de confiança que se traduzem na concretização de investimentos e no recurso ao crédito para concretização desses investimentos.

Esses utilizadores exigem que lhes seja assegurada a credibilidade da informação fornecida pelas empresas e a garantia de que esta é apresentada de forma verdadeira.

A revisão/auditoria às contas e a outros elementos financeiros é fundamental para melhorar a transparência e garantir a credibilidade da informação financeira prestada pelas entidades, possibilitando, desta forma, aos utilizadores dessa informação tomarem decisões mais sustentadas. Com o crescente volume de escândalos e crises financeiras, a auditoria tem, cada vez, mais um papel fulcral na minimização do risco a este nível.

Por um lado, por mais rigoroso que seja o processo de revisão, caso não sejam adequados os procedimentos de acumulação final de evidência, avaliação dos resultados e revisão das Demonstrações Financeiras, todo o processo estará comprometido. Exige-se assim, uma rigorosa supervisão e coordenação do trabalho, de modo a que opinião do revisor traduza uma função exercida em cumprimento dos princípios éticos, com diligência e zelo profissional.

Auditorias independentes aumentam a credibilidade das declarações da gestão sobre a sua eficácia na administração dos recursos e a sua conformidade legal. Este é um critério necessário ao fazer-se uma avaliação duma empresa.

.

Com o elevar do nível das normas de contabilidade e auditoria numa harmonização global, torna-se necessária a tomada de consciência para a mudança constante e para todas as situações que daí advêm.

.

Bibliografia:

- Almeida, Bruno, *Diferenças de Expectativas em Auditoria: Origens e Componentes*, Economia Global e Gestão, n.º 3, 2003.
- Araújo, Inaldo da Paixão Santos, Arruda, Daniel Gomes, Barretto, Pedro Humberto Teixeira, *Auditoria Contábil: enfoque teórico, normativo e prático*, 1ª edição, Editora Saraiva, São Paulo, 2008.
- Barata, Alberto da Silva, *A Auditoria Externa e a Revisão de Contas ao Serviço da Ética nos Negócios*, Revista de Contabilidade e Comércio, n.º 213, 1997
- Costa, Carlos Baptista da, *Auditoria Financeira teoria e prática*, 8ª edição, Editora Rei dos Livros, 2008.
- COSTA, Carlos Baptista (2010) *Auditoria Financeira – Teoria e Prática*, Lisboa, Rei dos Livros. Ferreira, Eugénio, *A Auditoria Financeira*, O Economista, n.º 15, 2002.
- Cunha, José Luís Alves, *Normas Técnicas de Auditoria*, Estudos de Gestão, n.º 3, 1995.
- Ernst & Young Global Methodolgy
- Ferreira, José Vaz, *Auditoria e Revisão de Contas*, 1º e 2º Volumes, Apontamentos das aulas de Auditoria, FEUC, 2010.
- MANUAL DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS (2011).
- NABAIS, CARLOS (2006): “Noções Práticas de Auditoria”, Editora Presença;
- PEDRO, José Maria (2005): “Segurança Informática em Auditoria”
- PEREIRA, Gil Fernandes (2006): “Código das Sociedades Comerciais”, 6ª edição, Edição do Autor.
- RODRIGUES, João (2009) *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*, Porto, Porto Editora.

ANEXOS

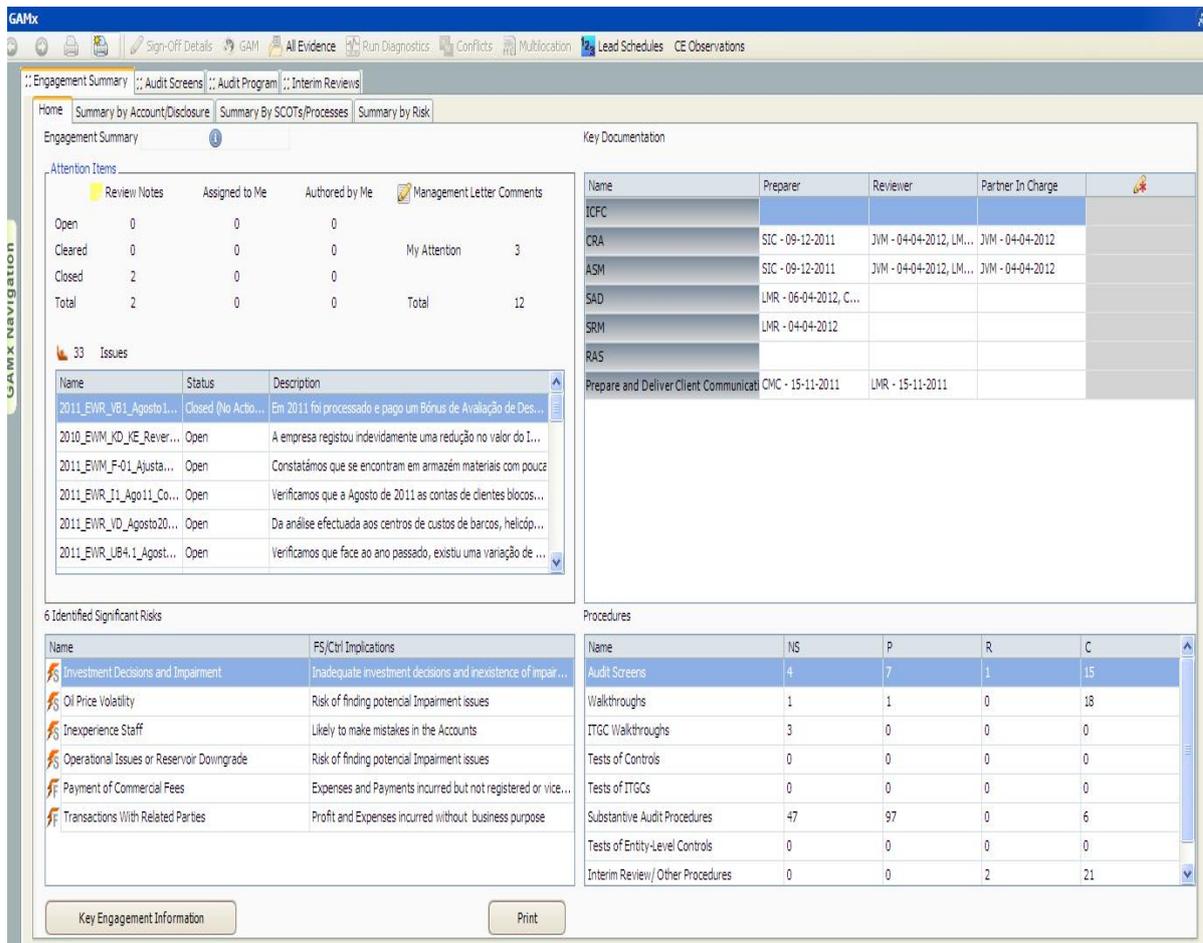
Anexo1- Plano de Formação

Fonte: Ernst & Young - Human Resources

Módulos de Formação	Duração
A Closer Look: Object Overview: L1 - Introduction and Overview	0:30
A Closer Look: Object Overview: L2 - Define an Audit	1:50
A Closer Look: Object Overview: L3 - What is the EY Audit?	0:35
A Closer Look: Object Overview: L4 - The Big Picture	1:05
A Closer Look: Object Overview: L5 - Building EY GAM	2:55
A Closer Look: Object Overview: L6 - Bringing it All Together	0:20
Audit Concepts and Fundamentals	1:15
Audit Risk Concepts	1:15
Audit Procedures – Foundation: L1 - The Big Picture – Refresher	1:00
Audit Procedures – Foundation: L2 - Concepts and Procedures	2:30
Audit Procedures – Foundation: L3 - Perform Walkthroughs	1:15
Audit Procedures – Foundation: L4 - Execute Tests of Controls	1:10
Audit Procedures – Foundation: L5 - Perform Substantive Audit Procedures	1:20
Audit Procedures – Foundation: L6 – Fraud	0:30
Audit Procedures – Foundation: L7 - Documentation and Its Review	1:40
Audit Procedures – Foundation: L8 - Cash and Cash Equivalents	2:40
Audit Procedures – Foundation: L9 - Trade Receivables	4:00
Audit Procedures – Foundation: L10 - Property, Plant and Equipment	2:00
Audit Procedures – Foundation: L11 - Liabilities and Trade Payables	3:40
Audit Procedures – Foundation: L12 - Income Statement Accounts	2:25
Audit Procedures – Foundation: L13 - Concluding the Audit	0:30
Audit Procedures – Foundation: L14 – Summary	1:15
GAMx: Object Overview: L1 - Fundamentals of GAMx	1:00
GAMx: Object Overview: L2 - GAMx Guided Tour	1:30
GAMx: Object Overview: L3 - GAMx Functionality and Audit Procedures	3:45
Perform Walkthroughs and Tests of Controls: L1 - Introduction and Overview	1:50
Perform Walkthroughs and Tests of Controls: L2 - Perform Walkthroughs	6:00
Perform Walkthroughs and Tests of Controls: L3 - Execute Tests of Controls	3:45
Perform Walkthroughs and Tests of Controls: L4 – Conclusion	1:30
Perform Substantive Audit Procedures: L1 - Introduction and Overview	0:35
Perform Substantive Audit Procedures: L2 - Cash and Cash Equivalents	2:10
Perform Substantive Audit Procedures: L3 – Inventory	3:10
Perform Substantive Audit Procedures: L5 – Property, Plant, and Equipment	1:30
Perform Substantive Audit Procedures: L7 - Intermediary Review	0:15
Perform Substantive Audit Procedures: L9 - Trade Receivables	3:35
Perform Substantive Audit Procedures: L10 – Income Statement Accounts	2:05
Perform Substantive Audit Procedures: L12 - Trade Payables	1:45
Perform Substantive Audit Procedures: L15 – Closing Review	0:15
Exercises	12:00
Other procedures	23:00

Anexo.2- Página sumariada do Workspace do cliente XPTO

Fonte : Ernst & Young Global Methodolgy



The screenshot displays the GAMx software interface for a client workspace. The main navigation pane on the left includes sections for Engagement Summary, 33 Issues, and 6 Identified Significant Risks. The central area is divided into several data tables:

Engagement Summary

Review Notes	Assigned to Me	Authored by Me	Management Letter Comments
Open: 0	0	0	
Cleared: 0	0	0	My Attention: 3
Closed: 2	0	0	
Total: 2	0	0	Total: 12

Key Documentation

Name	Preparer	Reviewer	Partner In Charge
ICFC			
CRA	SIC - 09-12-2011	JVM - 04-04-2012, LM...	JVM - 04-04-2012
ASM	SIC - 09-12-2011	JVM - 04-04-2012, LM...	JVM - 04-04-2012
SAD	LMR - 06-04-2012, C...		
SRM	LMR - 04-04-2012		
RAS			
Prepare and Deliver Client Communicat...	CMC - 15-11-2011	LMR - 15-11-2011	

33 Issues

Name	Status	Description
2011_EWR_VB1_Agosto1...	Closed (No Actio...	Em 2011 foi processado e pago um Bónus de Avaliação de Des...
2010_EWM_KD_KE_Rever...	Open	A empresa registou indevidamente uma redução no valor do I...
2011_EWM_F-01_Ajusta...	Open	Constatámos que se encontram em armazém materiais com pouca
2011_EWR_I1_Ago11_Co...	Open	Verificamos que a Agosto de 2011 as contas de clientes blocos...
2011_EWR_VD_Agosto20...	Open	Da análise efectuada aos centros de custos de barcos, helicóp...
2011_EWR_UB4_1_Agost...	Open	Verificamos que face ao ano passado, existiu uma variação de ...

6 Identified Significant Risks

Name	FS/Ctrl Implications
Investment Decisions and Impairment	Inadequate investment decisions and inexistence of impar...
Oil Price Volatility	Risk of finding potencial Impairment issues
Inexperience Staff	Likely to make mistakes in the Accounts
Operational Issues or Reservoir Downgrade	Risk of finding potencial Impairment issues
Payment of Commercial Fees	Expenses and Payments incurred but not registered or vice...
Transactions With Related Parties	Profit and Expenses incurred without business purpose

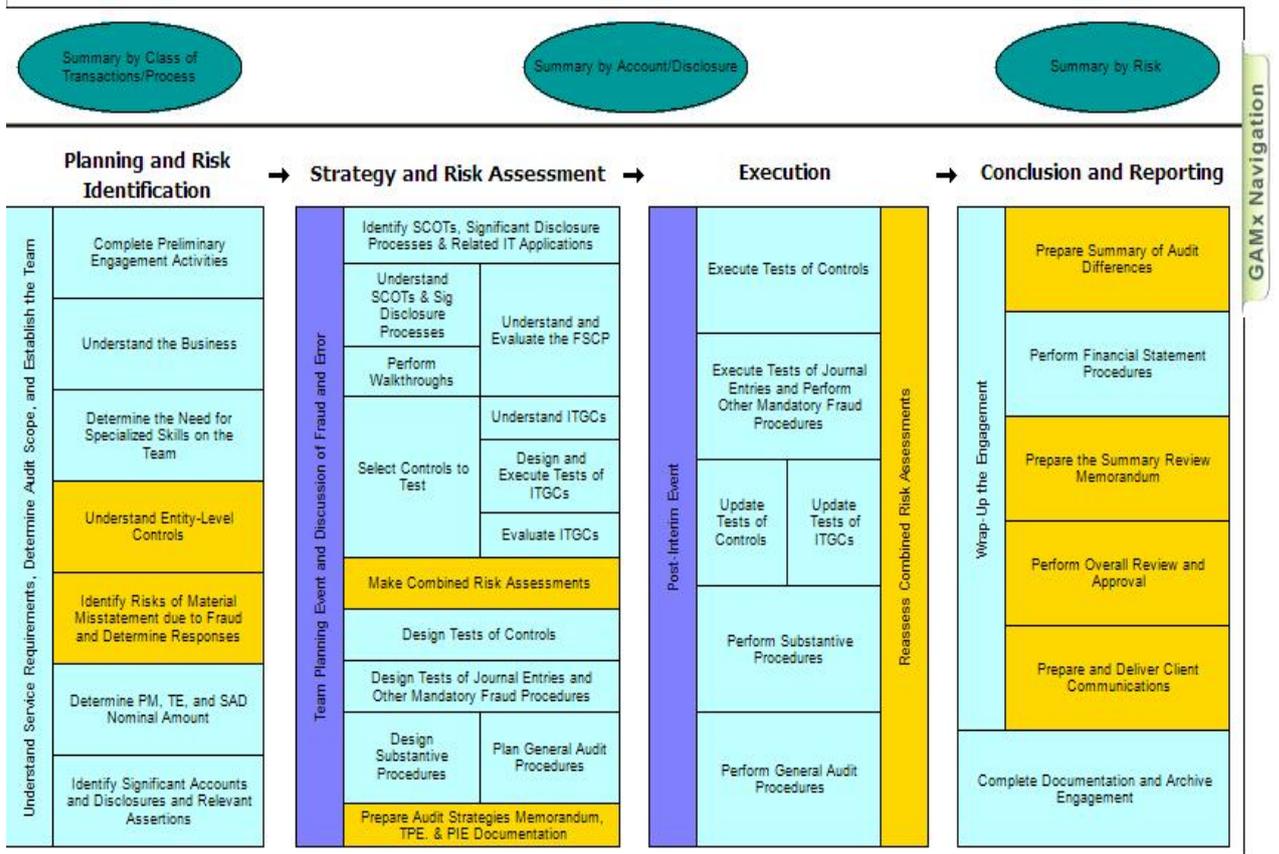
Procedures

Name	NS	P	R	C
Audit Screens	4	7	1	15
Walkthroughs	1	1	0	18
ITGC Walkthroughs	3	0	0	0
Tests of Controls	0	0	0	0
Tests of ITGCs	0	0	0	0
Substantive Audit Procedures	47	97	0	6
Tests of Entity-Level Controls	0	0	0	0
Interim Review/ Other Procedures	0	0	2	21

Buttons at the bottom: Key Engagement Information, Print.

Anexo.3 –GAMx Navigation

Fonte : Ernst & Young Global Methodolgy



Anexo.4- Trial Balance (uma parte das contas)

Fonte : Ernst & Young Global Methodolgy

Client:		Trial Balance (Manual Input)	 QUALITY IN ACCOUNTING. THE WAY.
Year-end:	31-12-2011		Reference:
Prepared / Date:			Balancing

A/C	DESCRICAO	FINAL CY		INTERIM CY		FINAL PY		INTERIM PY	
		31-12-2011	31-12-2011	30-09-2011	30-09-2011	31-12-2010	31-12-2010	30-09-2010	30-09-2010
		SALDOS							
	DESCRICAO	DEVEDORES	CREDORES	DEVEDORES	CREDORES	DEVEDORES	CREDORES	DEVEDORES	CREDORES
11	Caixa								
12	Depositos a Ordem								
13	Outros Depositos Bancários								
14	Outros Instrumentos Financeiros								
141	Derivados								
1411	Potencialmente Favoráveis								
1412	Potencialmente Desfavoráveis								
142	Instrumentos detidos para Negociação								
1421	Activos								
1422	Passivos								
143	Outros Activos e Passivos Financeiros								
1431	Activos								
1432	Passivos								
21	CLIENTES								
211	Clientes C/C								
2111	Clientes Gerais								
2112	Clientes - Empresa mãe								
2113	Clientes - Empresas subsidiárias								

Anexo.5- (Balance Sheet- Parte das Rubricas)

Fonte : Ernst & Young Global Methodolgy

Client:	Balance Sheet	 Ernst & Young Quality by Design
Year-end: Dez-11		
Preparer / Date: 0		Reference: BS

	W/P	Exercícios				Variação - Hard-Close		Variação - Final	
		31-12-2011	30-09-2011	31-12-2010	30-09-2010	Valor	%	Valor	%
ACTIVO									
Activo Não Corrente									
Activos fixos tangíveis	K								
Activos por impostos diferidos	G								
<hr/>									
Activo Corrente									
Inventários	F								
Clientes	E								
Adiantamentos a fornecedores	E								
Estado e outros entes públicos	E								
Accionistas/sócios	E								
Outras contas a receber	E								
Diferimentos	G								
Outros activos financeiros	D								
Caixa e depositos bancários	C								
<hr/>									
Total do activo									
<hr/>									
CAPITAL PRÓPRIO									
Capital realizado	T								
Reservas	T								
Resultados transitados	T								
Excedentes de revalorização	T								
Resultado líquido do período	T								
<hr/>									
Interesses minoritários									

Anexo 6- Exemplo de um ciclo de trabalho - Lead VC_VD – FSE’s e Outros Gastos e Perdas Operacionais

Fonte : Ernst & Young Global Methodolgy

Client:	0	VC_VD Lead Fornecimentos e Serviços Externos e Outros Gastos e Perdas Operacionais	
Year-end:	Dez-11		Reference:
Preparer / Date:	0		VC_VD

Account Description	Ref.	Final 31-12-2011	Hard Close 30-09-2011	Final 31-12-2010	Hard-Close 30-09-2010	Valor	Varição - Hard Close %	Valor	Varição - FINAL %
Fornecimentos e Serviços Externos									
Subcontratos									
Serviços Especializados									
Materiais									
Energia e Fluidos									
Deslocações, estadas e transportes									
Serviços diversos									
Fee's Gestão									
TPPE - Activos em curso									
		Fornecimentos e Serviços Externos - Subtotal							
Outros gastos e perdas									
Impostos									
Descontos de P.P. Concedidos									
Dívidas Incobráveis									
Perdas em Inventários									
Gastos e perdas em investimentos não financeiros									
Diferenças de cambio desfavoráveis									
Outros Gastos Operacionais									
Outros Gastos financeiros									
		Outros gastos e perdas - Subtotal							

Anexo .7- Cabeçalho do template utilizado para documentar a narrativa do processo de Compras

Fonte : Ernst & Young Global Methodolgy

SB Understand SCOTs/disclosure processes and perform walkthroughs

Entity name: _____ Reporting period: 31-12-2011

Significant class of transactions (SCOT) / disclosure process:

Name: Compras
 Nature: Routine
 Owner: _____



Background

We obtain an understanding of the significant classes of transactions (SCOTs) and significant disclosure processes to identify and understand the risks of material misstatement at the assertion level (and, when applicable, to identify and understand what could go wrongs (WCGWs) and the controls over the WCGWs).

Attach this template to the related significant class of transactions/process within GAMx-SA in the "Understand significant classes of transactions and significant disclosure processes and perform walkthroughs" screen.

When we test controls for one or two routine SCOTs, we use the template SB Understand routine SCOTs, perform walkthroughs and test controls.

Our understanding of the critical path

Document below our understanding of the critical path of the SCOT/significant disclosure process, including the major inputs and outputs. The critical path includes:

- **Initiation:** the point where the transaction first enters the entity's process and is prepared and submitted for recording

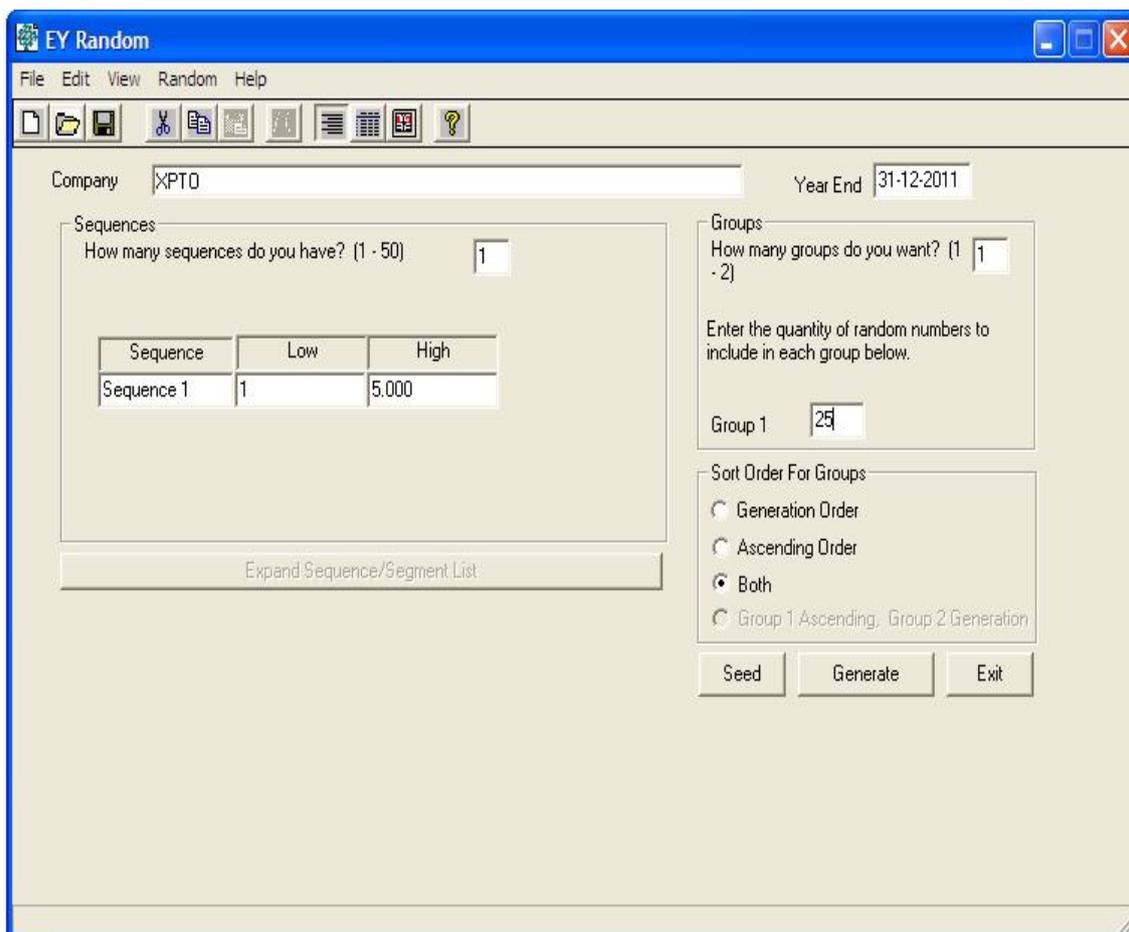
Anexo.8- Cabeçalho do Template a utilizar no Walktrought de processo de Compras

Fonte : Ernst & Young Global Methodolgy

A) Walkthrough procedures			
Transaction selected for walkthrough:	Compras		
Individual(s) we talked with to confirm our understanding:		Date:	
Description of the walkthrough procedures performed:			
HC_BB_01.1			
HC_BB_01.2			
HC_BB_01.3			
HC_BB_01.4			
HC_BB_01.5			
HC_BB_01.6			

Anexo.9- Ferramenta de selecção de transacções EY Random

Fonte : Ernst & Young Global Methodolgy



Anexo. 10 – Template onde são introduzidos os dados referente à Ordem de Compra, Packing List, Nota de Entrada de Mercadoria e Factura

Fonte : Ernst & Young Global Methodolgy

N.º Ordem EY	Ordem de compra					
	Número	Data	Produto	Qtd encomenda	Preço unitário	Total

Packing List					Existe certificado de análise?
Número	Data	Produto	Quantidade	Diferença Quantidade s (cálculo EY)	

Nota de Entrada de Mercadoria						
Número	Data	Produto	Quantidade	Diferença Quantidade s (cálculo EY)	Valor (cálculo EY)	Contabilização

Factura Final								
Número Registo	Número	Data	Quantidade	Diferença Quantidade s (cálculo EY)	Valor Total	Preço Unitário (cálculo EY)	Difeença Preço Unit. (cálculo EY)	Contabilização

Anexo.11- Template utilizado no Teste às Vendas

Fonte : Ernst & Young Global Methodolgy

Teste 1:

Observe para 25 facturas que a informação referente a Cliente, Qtds e Montante está conforme a Ordem de Venda.

Legenda:

- ✓ Verificámos que os dados constantes na Factura emitida estão conforme a Ordem de Venda

Teste 2:

Verifique adicionalmente que não é possível alterar os dados que constam nas facturas

Legenda:

- ✓ Verificámos que não é possível alterar os dados da factura em sistema - os campos encontram-se bloqueados

Teste 3:

Verifique se é possível emitir uma factura para uma Ordem de Venda já factura

Legenda:

- ✓ Verificámos não ser possível facturar uma Ordem de Venda em duplicado

Teste 4

Verifique se os preços de venda praticados estão abaixo dos preços máximos estabelecidos pela DGAE.

Ver Listagem de Preços da DGAE: [HC_BA1.3](#)

Nº	Ordem de Venda	Nota de Encomenda				Guia de Transporte			Factura				Diferenças	Quantidades
		Nº	Data	Cliente	Produto	Quantidade	Nº	Data	EY Check	Nº	Data	Produto		

Anexo.12- Template utilizado para fins de análise das reconciliações bancárias

Fonte : Ernst & Young Global Methodolgy

CLIENT/PTO Period-end: 31-12-2011 Currency/Unit: EUR		C - LEAD										Reference C-Lead
MPC							Movimento na Contabilidade e não no Banco		Movimentos no Banco e não na Contabilidade			
Conta Balancete/ Banco	Designação Banco	Total Contabilidade	W/Pref	Total Banco	Diferença	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Total Banco	Ano corrente após ajustamentos	Variação
	BNPP D/O											
	BNPP EUR SAIDA PAGAM											
	BNPP EUR SAIDA CHEQU											
	BNPP EUR SAIDA PAGAM											
	BNPP EUR ENTRADA PAG											
	Subtotal	-										
	MILLE BCP EUR CC ACC											
	MLL BCP EUR S. OUTG. P.											
	MLL BCP EUR OUTG. CH											
	MLL BCP EUR UNS. Q. P.											
	MLL BCP EUR UNS. I. P.											
	Subtotal	-										
	TR CASH POOLING CLEA											
	IHB CASH POOLING CLE											
	BANCOS CONTA TRANSIT											
	Subtotal	-										
	Total	-										

GL
Cf. BRG a 31-12-2011

Key to audit tickmarks:

GL Agrees to General Ledger as of 31-12-2011

Anexo.13- Template de análise à circularização de fornecedores

Fonte : Ernst & Young Global Methodolgy

XPTQ
31.12.2011

Análise de Circularização de Fornecedores

Ref.: NN-0
Data: 19.05

N.º Fornecedor	Nome Fornecedor	BALANCE PER GL AT 31.03.2011	C R NR N				ALTERNATIVE PROCEDURES							
			Key	W/P REF	Data de Resposta	CONFIRMED RECONCILED	NOT RECONCILED	WITHOUT ANSWER	SUBSEQUENT CASH RECEIPT	OTHER ALTERNATIVE PROCEDURES	NOT ANALISED	% Notas		
		0				0	0	0	0	0	0	0	0	

Anexo.14.1- Template para fins de documentação das 5 últimas e 5 primeiras saídas à data de reporte

Fonte : Ernst & Young Global Methodolgy

CLIENT Period-end: Currency/unit:	F05.1 - INVENTORY CUTOFF (Sales)	 Reference F05.1
--	----------------------------------	--

INVENTORIES OUT (SALES):

GOODS OUT BEFORE STOCKTAKE DATE									
Test #	Date of shipping document	Reference of shipping document	Customer name	Quantity	Recorded before counts	Recorded after counts	TM/Ref	Movement recorded in the proper period?	Comments

GOODS OUT AFTER STOCKTAKE DATE									
Test #	Date of shipping document	Reference of shipping document	Customer name	Quantity	Recorded before counts	Recorded after counts	TM/Ref	Movement recorded in the proper period?	Comments

Key to audit tickmarks :



Agrees to documentation supporting revenue recognition (e.g. delivery note, shipping reports, sales contracts, ownership transfer condition...). Refer to Walkthrough template for ownership transfer condition.

Agrees to inventory ledger

A Insert explanations here for A.

B Insert explanations here for B.

C Insert explanations here for C.

Anexo 14.2- Template para fins de documentação das 5 últimas e 5 primeiras entradas à data de reporte

Fonte : Ernst & Young Global Methodolgy

CLIENT: Period-end: Currency/unit:	F05.2 - INVENTORY CUTOFF (Purchases)	 Reference F05.2
---	--------------------------------------	--

INVENTORIES IN (PURCHASES):

GOODS IN BEFORE YEAR END

Test #	Date of receiving document	Reference of receiving document	Supplier name	Quantity	Recorded before counts	Recorded after counts	TM/Ref	Movement recorded in the proper period?	Comments

GOODS IN AFTER YEAR END

Test #	Date of receiving document	Reference of receiving document	Supplier name	Quantity	Recorded before counts	Recorded after counts	TM/Ref	Movement recorded in the proper period?	Comments

Key to audit tickmarks:

- Agrees to documentation supporting reception of purchase (Receiving document, ownership transfer condition...). Refer to Walkthrough template for ownership transfer condition.
- Agrees to inventory ledger
- A** Insert explanations here for A.
- B** Insert explanations here for B.
- C** Insert explanations here for C.

Anexo.15- Template para fins de análise ao Capital

Fonte : Ernst & Young Global Methodolgy

CLIENT:	Test:	T01-T04 - EQUITY RECONCILIATION SCHEDULE	
Period-end:	31/12/200N		
Currency/Unit:	MU 000		Reference T01-T04

Note: "+"= debit "-" = credit

	Beginning total equity as of 1/01/200N	TM/Ref	Issue of Share Capital	Net result allocation	Dividends	Exercise of option	Share based payments	Profit for the period	Add as needed	Ending total equity as of 31/12/200N	TM/Ref
Group reporting											
Issued capital										-	
Shared premium										-	
Treasury shares										-	
Retained Earnings										-	
Profit for the period										-	
Equity per reporting Package	-		-	-	-	-	-	-	-	-	
TM/Ref											
Adjustments to group accounts											
Fixed assets depreciation										-	
Deferred tax										-	
etc...										-	
Equity per Statutory Accounts	-		-	-	-	-	-	-	-	-	
TM/Ref											

Key to audit tickmarks :

- Agrees to last year workpapers
- Agrees to supporting documentation (board minutes, shareholder and committee meeting minutes...)

